



RELATÓRIO
DE CONJUNTURA
ECONÓMICA | I Semestre 2020

Banco Angolano de Investimentos
Publicado em Setembro 2020

Direcção de Planeamento e Controlo | Departamento de Estudos Económicos e Financeiros

Update

Relatório de Conjuntura Económica

I Semestre 2020

Conteúdo

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL	4
1.1. Caracterização do contexto actual	4
1.2. Evolução da actividade económica	7
1.2.1. Estados Unidos	7
1.2.2. Zona Euro	8
1.2.3. África Subsariana e países emergentes.....	8
1.3. Mercado petrolífero e de outras <i>commodities</i>	10
1.3.1. Mercado Petrolífero	10
III. CONTEXTO NACIONAL	12
2.1. Impactos da COVID-19 e medidas de apoio à economia nacional	12
2.2. Contas fiscais e evolução da dívida pública interna	15
2.2.1. Revisão do Orçamento Geral do Estado 2020.....	15
2.2.2. Colocação líquida da dívida titulada	18
2.2.3. Arrecadação de receitas petrolíferas	19
2.2.4. Arrecadação de receitas não petrolíferas	20
2.3. Contas externas	22
2.3.1. Impactos do contexto actual no <i>rating</i> e dívida externa de Angola	23
2.4. Mercado cambial	25
2.5. Evolução da actividade económica	29
2.5.1. Índice de clima económico.....	29
2.5.2. Crescimento económico.....	30
2.5.3. Desemprego	32
2.5.4. Inflação	34
2.6. Panorama monetário e financeiro	35
2.6.1. Política monetária e liquidez	35
2.6.2. Evolução da síntese monetária	37
2.6.3. Indicadores de solidez do sistema bancário.....	38
2.7. Mercado secundário de dívida (BODIVA)	40
IV. LEGISLAÇÃO DO BNA I SEMESTRE 2020	41
V. FONTES E BIBLIOGRAFIA	42

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente edição do Relatório de Conjuntura Económica reporta o primeiro semestre de 2020 e constitui um *update* da edição publicada no mês de Julho. O período de cobertura tem como destaque os fortes impactos globais da pandemia da COVID-19¹ na evolução dos principais indicadores nacionais e internacionais.

O actual **enquadramento internacional** tem sido marcado pelo confinamento, que afectou quase todos os sectores de actividade, com realce para a aviação e outros serviços, reflectindo-se na deterioração dos indicadores publicados no semestre. As maiores economias registaram quedas históricas, sobretudo no segundo trimestre.

O **mercado petrolífero** está a experimentar um período ímpar na sua história, com o forte choque nos preços observado depois da guerra de produção entre a Rússia e a Arábia Saudita, dois importantes produtores mundiais da matéria-prima, numa altura em que o contexto já coloca pressão sobre a procura.

No **contexto nacional**, o cenário forçou a revisão do OGE 2020, tendo sido considerado um preço de 33 USD por barril de petróleo para 2020, num contexto em que o Governo teve que reduzir despesas para fazer face à queda de receitas. O menor nível de arrecadação implicou menos reservas internacionais e o aumento da **dívida pública**, num contexto de queda do **PIB**.

Em consequência deste enquadramento, o **rating** da Fitch para o país desceu de B para B-, em Março, e o da Standard & Poor's baixou para CCC+, classificações que voltaram, mais recentemente, a ser revistas em baixa. Devido a pressão sobre a tesouraria do Estado face ao combate à COVID-19, o semestre ficou marcado pelas expectativas em torno de uma possível suspensão do serviço da dívida pelos credores internacionais.

No **mercado cambial**, a venda de divisas recuou 10,7% em relação ao primeiro semestre de 2019, tendo o câmbio de referência depreciado mais de 15% face ao USD. Além da inflação, que voltou a subir para 22,62%, a condução da **política monetária** levou em conta os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19, tendo o BNA disponibilizado duas linhas de liquidez para apoio às empresas e aos bancos.

Por fim, observou-se que a banca não ficou imune ao período atípico da economia. Os indicadores de **solidez do sistema** evidenciam quedas nos primeiros cinco meses do ano, com realce para a diminuição da rentabilidade, aumento do peso dos custos administrativos e do crédito em incumprimento, que terminou o mês de Maio num nível histórico de 34,5%. O aumento deste rácio também se deve ao reconhecimento de novos activos sem *performance* do sistema e do impacto das moratórias no pagamento das prestações de crédito.

¹ Do inglês, Coronavirus disease 2019

II. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

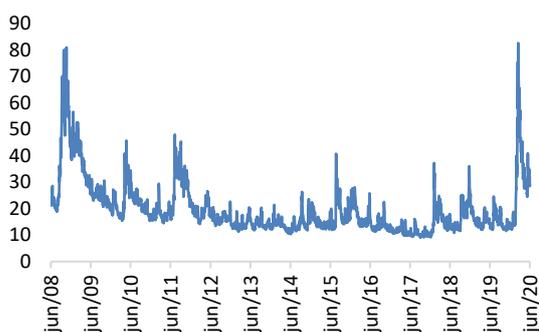
1.1. Caracterização do contexto actual

O ano de 2020 está a ser fortemente marcado pelos impactos globais da pandemia da COVID-19. Após os meses de Março e Abril, em que se intensificaram os confinamentos para conter a propagação da doença, iniciou-se um período de levantamento gradual das medidas restritivas, o que levou à queda dos altos níveis de volatilidade que se observou nos índices de mercado.

Em diferentes economias, foram sendo publicados vários indicadores económicos que reflectiam o fim de muitas restrições. Por exemplo, nas maiores economias do mundo, como nos EUA, na China e mesmo na Zona Euro, registaram-se melhorias nos índices de produção industrial (PMI) que, entre Março e Junho, mostraram aumentos significativos. De igual modo, o apoio de muitos bancos centrais e governos deu um impulso importante às economias.

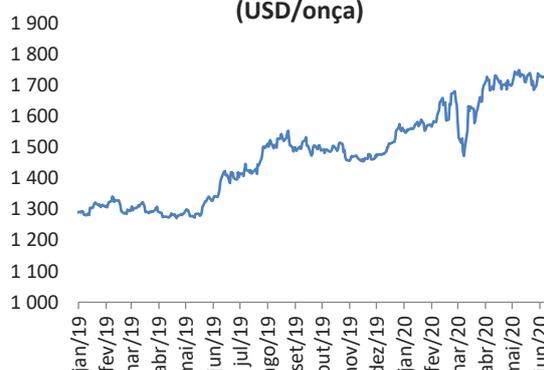
Em consequência, verificou-se uma diminuição do nível de incertezas no mercado. A título de exemplo, tem-se o VIX Index, um indicador que mede a volatilidade através da análise do preço das opções das acções que compõem o índice bolsista S&P500, que inverteu a tendência de subida, descendo do pico de 83 pontos atingidos em meados de Março.

Gráfico 1. Índice de volatilidade VIX Index (pontos)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 2. Evolução do preço do ouro (USD/onça)



Fonte: Bloomberg

Os meses mais recentes evidenciaram, no entanto, um retorno do pessimismo aos mercados, o que pode também ser visto na evolução do preço do ouro, voltando a negociar em máximos de quase 8 anos, devido ao seu papel de activo de refúgio. A *commodity* viu os preços aumentarem em cerca de 26% nos primeiros seis meses do ano para uma média de 1 647,81 USD por onça.

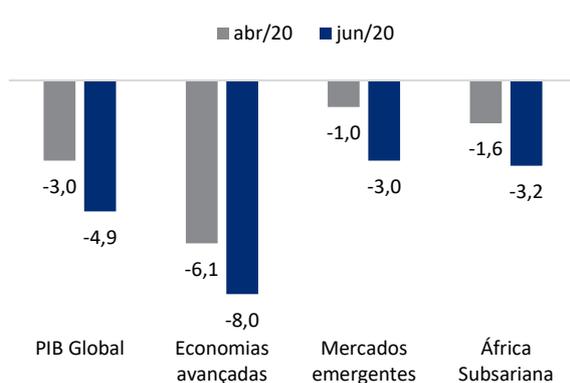
Na base deste aumento da percepção do risco, estão factores como:

- i) Receios de uma segunda vaga de infecções pela COVID-19, uma vez que os casos têm aumentado mais rapidamente para níveis recordes, o que tem inclusive levado muitos governos a optarem por impor novas restrições;
- ii) Ameaças de novas imposições de medidas proteccionistas;
- iii) O ressurgimento de fricções² entre os EUA e a China, que em determinado momento, aumentaram os receios de fracasso do compromisso com a primeira fase do acordo comercial alcançado no início deste ano;
- iv) Incertezas nas negociações para um acordo comercial entre a União Europeia e o Reino Unido, cuja a dificuldade tem por base o sector das pescas e outras questões ligadas à concorrência.

Quanto à actividade económica, a deterioração das perspectivas económicas ficou uma vez mais espelhada no *update* de Junho do World Economic Outlook do FMI, onde a previsão de queda do PIB global quase duplicou, tendo sido antecipada por contracções de mais de 2 dígitos para alguns países europeus.

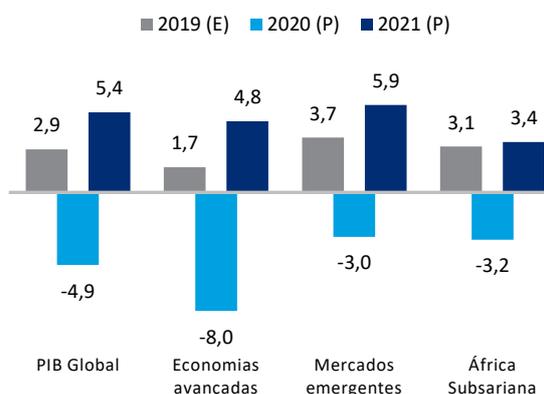
O Fundo aumentou as suas previsões de contracção da economia global, estando agora a antecipar uma recessão económica de 4,9% em 2020, quando em Abril antevia uma queda de 3%. O FMI espera que nas economias avançadas, a redução seja este ano de 8%, com realce para os países da Zona Euro, onde a França, Itália e a Espanha devem ressentir-se de contracções de mais de 12%.

Gráfico 3. Agravamento da contracção do PIB mundial (%)



Fonte: FMI

Gráfico 4. Evolução do PIB mundial (%)



Fonte: FMI
E: estimativa / P: projecção

² Desde o início do ano, o aumento de tensão entre os dois países teve por base, inicialmente, as alegações norte-americanas sobre envolvimento chinês quanto ao surgimento da COVID-19. Posteriormente, a aprovação do Projecto Lei dos EUA que obriga as empresas chinesas a cumprirem as normas contabilísticas do país para que continuassem em bolsa intensificou as tensões. O Projecto Lei da China sobre segurança nacional que estabeleceu uma maior interferência chinesa em Hong Kong mereceu respostas dos EUA, tendo suspenso o estatuto especial de que beneficiava Hong Kong diante dos EUA. Mais recentemente, as disputas em relação à compra e venda da empresa chinesa Tik Tok gerou algum confronto entre os dois países.

BOX. Estatísticas da COVID-19 e evolução dos projectos de pesquisas de vacina
Ponto de Situação 21-09-2020

No dia 11 de Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia. Trata-se de uma doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de Dezembro de 2019, mas o primeiro caso foi reportado em 31 de Dezembro do mesmo ano.

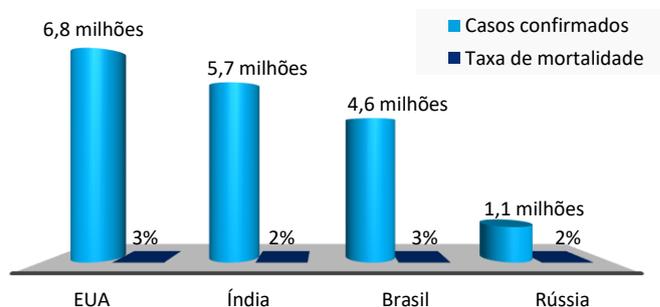
Tabela 1. Estatísticas COVID-19

Ranking	Continentes	Casos	Peso	Mortes
1	Américas	15 466 584	50%	527 837
3	Sudeste da Ásia	6 073 462	20%	101 700
4	Europa Mediterrâneo oriental	5 195 853	17%	229 802
6	Pacífico Ocidental	2 215 733	7%	57 641
2	África	577 905	2%	12 667
5	Outros	1 145 397	2%	24 757
6		741	<1%	13
Total	Global	30 675 675	100%	954 417

Fonte: OMS

Entretanto, mantêm-se as incertezas em relação ao surgimento da doença, entretanto, acredita-se que o vírus tenha uma origem zoonótica³, porque os primeiros casos confirmados tinham principalmente ligações a um mercado chinês de venda de animais vivos.

O número de pessoas infectadas pela COVID-19 aumenta rapidamente. As américas têm o registo de mais de 50% dos casos confirmados no mundo, com realce para os EUA e o Brasil.

Gráfico 5. Top 4 | Países com maior n.º de casos


Fonte: OMS

A taxa de mortalidade ronda actualmente os 3% dos mais de 30 milhões de casos confirmados em todo o mundo. A Índia, apesar de ter ultrapassado recentemente o Brasil como o segundo país com o maior número de infecções, tem uma das taxas de mortalidade mais baixas.

Dados da London School of Hygiene & Tropical Medicine⁴ mostram que há 243 projectos de pesquisas de vacinas

e 43 estão na fase de ensaios clínicos, sendo que 8 estão na fase III (inoculação da vacina em milhares de voluntários a fim de determinar se impede de facto a infecção), entre as quais as vacinas russas.

Apesar do discurso político apontar para a conclusão de vacinas ainda este ano, não há, por parte da OMS e da comunidade científica internacional, uma confirmação quanto ao horizonte temporal para o efeito, não obstante terem sido anunciados, recentemente, avanços importantes em diferentes testes.

³ Quando a doença pode passar de animais para o ser humano

⁴ https://vac-lshtm.shinyapps.io/ncov_vaccine_landscape/

1.2. Evolução da actividade económica

As fortes medidas de confinamento implementadas um pouco por todo mundo limitaram a circulação de pessoas e bens, reduziram o consumo de bens produzidos por muitas indústrias e encerraram tantas outras. Estas reduções tiveram impactos sobre diferentes índices de produção, por via da diminuição dos investimentos e deterioraram as condições do mercado de trabalho. Os últimos dados publicados já ilustram os efeitos negativos da COVID-19 nas economias, não obstante esperar-se ainda mais impactos da pandemia na actividade económica.

1.2.1. Estados Unidos

No segundo trimestre de 2020, a economia dos EUA teve uma redução homóloga de 31,7%, significativamente acima da contracção de 5,0% verificada no primeiro trimestre, o maior recuo da história do país. Neste período, foi verificada uma diminuição significativa das encomendas de bens duradouros e dos lucros das empresas.

Tabela 2. EUA | Evolução de indicadores

	jun/19	dez/19	jun/20	Evolução
PIB real (YoY) %	2,0	2,1	-31,7	Trimestral
Inflação %	1,6	2,3	0,6	Mensal
Desemprego %	3,6	3,5	13,0	Mensal
Taxa básica de juros %	2,5	1,8	0,25	Pontual

Fonte: Bloomberg

YoY: variação homóloga

O mercado de trabalho norte-americano deteriorou-se bastante, com a taxa de desemprego a atingir os 14,7% em Abril, a mais elevada de sempre, para depois aliviar para os 13% no mês de Junho. A taxa de desemprego afastou-se assim dos valores mínimos de mais de 49 anos, numa altura em que o Governo norte-americano apontava para que o mercado laboral do país estivesse perto do pleno emprego.

Neste contexto de restrições ao consumo e o enfraquecimento do mercado de trabalho, a inflação voltou a descer, estando longe da meta de 2% do banco central do país, fixando-se nos 0,6% em Junho, o que compara com os 2,3% do final de 2019.

Com este arrefecimento da actividade económica em geral, a Reserva Federal (Fed) tem vindo a tomar um conjunto de medidas que visam mitigar o impacto da COVID-19. O banco cortou a taxa básica de juros, duas vezes em 2020, colocando-a no intervalo entre 0% e 0,25%, interrompendo assim o ciclo de aumento dos juros.

Além de outras medidas de flexibilização monetária, a Fed fixou um mínimo de 700 mil milhões de USD para o seu programa de compras de obrigações. Do lado do Governo, foram também aprovadas outras medidas de apoio à economia, visando ajudar as pequenas empresas a continuarem a pagar salários e realizarem gastos nos cuidados de saúde.

1.2.2. Zona Euro

A economia da Zona Euro recuou 3,1% no primeiro e 15,0% no segundo trimestre deste ano, comparativamente ao modesto avanço de 1,0% do último trimestre de 2019 e 1,3% do trimestre homólogo. Tratam-se das maiores descidas desde 1995 e do terceiro trimestre de 2009, respectivamente.

As maiores quebras de PIB foram verificadas em Espanha, com cerca de 22,1%, em França, com uma contracção de 19% e em Itália, com uma descida 17,3%.

Tabela 3. Zona Euro | Evolução de indicadores

	jun/19	dez/19	jun/20	Evolução
PIB real (YoY) %	1,3	1,0	-15,0	Trimestral
Inflação %	1,3	1,3	0,3	Mensal
Desemprego %	7,57	7,37	7,8	Mensal
Taxa básica de juros %*	-0,4	-0,5	-0,5	Pontual

Fonte: Bloomberg/Trading Economics

*taxa de remuneração dos depósitos overnight

YoY: variação homóloga

No mercado laboral, o percentual de desempregados que já se encontrava numa tendência decrescente, atingindo em Março último um valor mínimo de mais de 48 trimestres (7,2%), voltou a subir para 7,8% no mês de Junho, como reflexo dos impactos da COVID-19 nas empresas do bloco e na sua capacidade de manter os empregos.

Quanto à inflação, tal como nos EUA, registou-se um enfraquecimento, passando de 1,3% no final de 2019 para 0,3% em Junho deste ano, significativamente abaixo das expectativas do Banco Central Europeu (BCE)⁵.

Relativamente à política monetária, o BCE manteve a taxa de juro de depósito em terreno negativo, em -0,50%, bem como a taxa aplicável às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,00% e 0,25%, respectivamente.

O Banco reintroduziu o programa de estímulos à economia, tendo inicialmente, definido um pacote de até 750 mil milhões de EUR e aumentou, no início de Junho, para 1 350 mil milhões de EUR até ao final de 2021, uma medida destinada a apoiar a economia do bloco.

1.2.3. África Subsariana e países emergentes

Espera-se que o impacto da COVID-19 no PIB de África seja significativo, com as estimativas do FMI a apontarem para uma contracção de 3,2% em 2020 para a África Subsariana, maior do que a queda de 1,6% prevista anteriormente. A África do Sul e a

⁵ Mais recentemente, a inflação da Zona Euro chegou a estar abaixo de zero, nível de deflação.

Nigéria deverão ser os principais responsáveis pela descida do PIB da região, com contracções esperadas de 8% e 5,4%, respectivamente, neste ano.

Tabela 4. África | Evolução de indicadores (%)

País	Indicadores	jun/19	dez/19	jun/20	Evolução
África do Sul	PIB real (YoY)	3,3	-0,1	-17,1	Trimestral
	Inflação	4,5	4,0	2,2	Mensal
	Desemprego	29,0	29,1	30,1 (Março)	Mensal
	Taxa básica de juros	6,8	6,5	3,8	Pontual
Nigéria	PIB real (YoY)	2,1	2,6	-6,1	Trimestral
	Inflação	11,2	12,0	12,6	Mensal
	Desemprego	-	-	-	Mensal
	Taxa básica de juros	13,5	13,5	12,5	Pontual

Fonte: Bloomberg/Trading Economics

*Cedência de liquidez a 1 ano

YoY: variação homóloga

No segundo trimestre deste ano, a África do Sul, país com o maior número de casos de COVID-19 no continente, registou uma contracção homóloga de 17,1%, e de mais de 50% em termos trimestrais, uma redução histórica. Trata-se do terceiro trimestre consecutivo de contracção anual da economia. O número de desempregados no país aumentou para 30,1% entre Janeiro e Março, comparativamente aos 29,1% do período anterior, representando 7,1 milhões de pessoas em situação de desemprego.

Já na Nigéria, a queda homóloga foi de 1,9% no primeiro trimestre, agravando-se para 6,1% no segundo trimestre face ao crescimento de 2,6% nos últimos 3 meses de 2019. A Nigéria também registou um aumento da inflação, passando de 12% no final de 2019 para 12,6% em Junho de 2020.

Entre as economias emergentes e em desenvolvimento, destaca-se a previsão de crescimento da China que foi drasticamente reduzida face aos habituais mais de 6%, para 1%. A segunda maior economia do mundo também tem sido fortemente afectada pela pandemia, tendo recuado 6,8% em termos homólogos no primeiro trimestre deste ano.

Tabela 5. China | Evolução de indicadores (%)

País	Indicadores	jun/19	dez/19	jun/20	Evolução
China	PIB real (YoY)	6,2	6,0	3,2	Trimestral
	Inflação	2,7	4,5	2,5	Mensal
	Desemprego	3,6	5,2	5,7	Mensal
	Taxa básica de juros*	4,4	4,4	4,4	Pontual

Fonte: Bloomberg/Trading Economics

*Cedência de liquidez a 1 ano

YoY: variação homóloga

Entretanto, a economia chinesa foi uma das primeiras a evidenciar sinais de recuperação, tendo crescido 3,2% no segundo trimestre, tornando-se na primeira grande economia a regressar a terreno positivo, em termos de evolução trimestral do PIB. Quanto a outros emergentes, realça-se a diminuição de 23,9% na Índia, 18,7% no México e de 9,4% no Brasil.

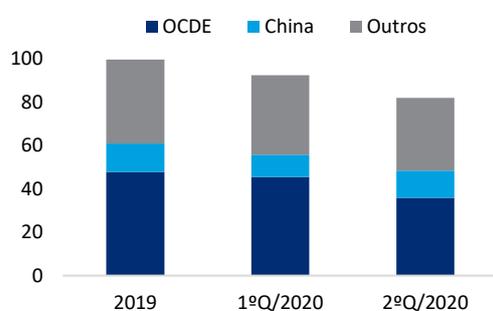
1.3. Mercado petrolífero e de outras *commodities*

1.3.1. Mercado Petrolífero

O mercado petrolífero está a experimentar um período ímpar na sua história, que começou em Abril último, com o forte choque nos preços observado depois da guerra de produção⁶ entre dois importantes produtores mundiais da matéria-prima (Rússia e Arábia Saudita), numa altura em que a procura foi fortemente afectada pelos efeitos da COVID-19.

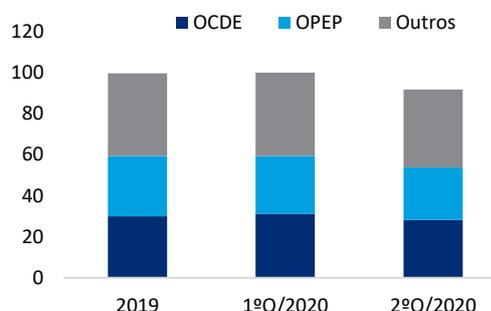
A procura mundial recuou 18 milhões de barris por dia desde o início do ano, para 82 milhões de barris diários no segundo trimestre. Para se tentar compensar esta queda, a oferta global foi reduzida em 8 milhões de barris para 92 milhões de barris diários.

Gráfico 6. Procura mundial de petróleo (Mbd)



Fonte: OPEP

Gráfico 7. Oferta mundial de petróleo (Mbd)



Fonte: OPEP

Os cortes têm sido conduzidos, essencialmente, pela OPEP e seus aliados, que após o falhanço de Março último, chegaram finalmente a um acordo histórico para cortar a produção, em quase 10 milhões de barris, cerca de 10% da oferta global. O acordo entrou em vigor no início de Maio, sendo que no final de Junho, ficou registada uma execução de 104% por parte da OPEP e de 83% pelos países não-OPEP, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 6. Grau de execução dos cortes da OPEP+ (Junho 2020)

Mil barris por dia	Meta até Junho 2020	Produção Junho 2020	Grau de execução	Futuros limites de cortes	
				1 de Agosto a Dezembro 2020	Até Abril de 2022
OPEP 10	20 598	19 819	-104%	21 815	23 032
Arábia Saudita	8 492	7 540	-138%	8 994	9 495
Angola	1 179	1 224	-87%	1 249	1 318
Nigéria	1 412	1 497	-80%	1 495	1 579
Outros OPEP	9 515	9 558	-98%	33 553	35 424
Não-OPEP	13 582	14 209	-83%	12 604	13 307
Rússia	8 492	9 317	-67%	8 994	9 495
México ⁽²⁾	1 681	1 616	-165%	-	-
Outros Países Não-OPEP	3 409	3 276	-113%	3 610	3 812
Total OPEP 10 e Não-OPEP	34 180	34 028	102%	34 419	36 339

Fonte: OPEP/Eaglestone/Bloomberg

⁶ A guerra foi desencadeada após a não concretização de um acordo entre a OPEP e seus aliados para redução da produção, em Março deste ano, quando a Rússia recusou a proposta do cartel de um corte colectivo suplementar de 1,5 milhões de barris por dia até ao fim deste ano, uma decisão que teve resposta dos sauditas, ao produzir em níveis recordes de 12,3 milhões de barris por dia.

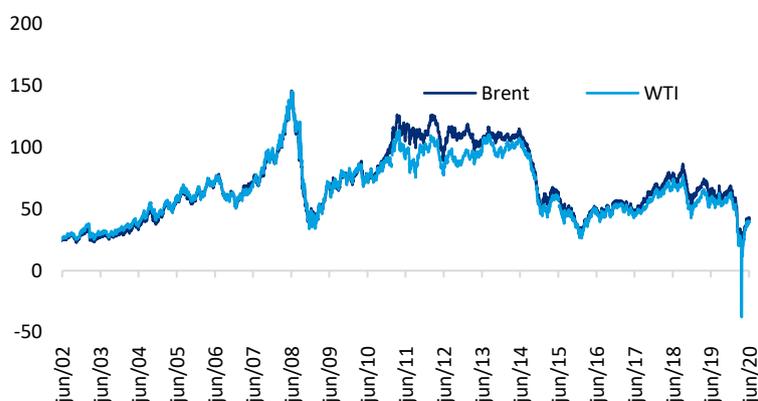
(1) Para a Rússia e Arábia Saudita, as metas ficaram fixadas em 11 milhões de barris;

(2) O México apenas acordou cortar a sua produção na primeira fase.

A Arábia Saudita desempenhou um papel importante na OPEP, por ter sido o país que alcançou o maior grau de execução (138%), o que acabou por compensar o incumprimento por parte de outros países do grupo. O Cartel contou ainda com cortes voluntários de outros países, que habitualmente não integram estes acordos.

Com este esforço, os preços do barril voltaram a subir, após a queda histórica registada em Nova Iorque, quando o WTI chegou a estar em terreno negativo, pela primeira vez na sua história, encerrando a sessão do dia 20 de Abril nos -37,63 USD por barril. Entretanto, os preços têm estado a subir, também fruto de uma maior expectativa de recuperação da procura perdida com o confinamento, tendo o Brent e o WTI superado a fasquia dos 40 USD por barril no fecho desta edição do relatório.

Gráfico 8. Série histórica do preço do petróleo
(USD/barril)



Fonte: Bloomberg

A subida nos preços tem por base a reabertura gradual das economias, o que retirou pressão sobre a capacidade de armazenamento de petróleo no mundo, um tema que se havia agravado na altura em que se acumulou reservas petrolíferas um pouco por todo mundo, quer em terra como em superpetroleiros nos mares.

III. CONTEXTO NACIONAL

2.1. Impactos da COVID-19 e medidas de apoio à economia nacional

No dia 27 de Março, através do Decreto Presidencial 81/20, o Governo declarou o Estado de Emergência, o primeiro da história, com o objectivo de conter a propagação da pandemia da COVID-19 no país. O diploma estabeleceu um conjunto de medidas como o confinamento e o encerramento de quase todas as actividades que promoviam a circulação e implicariam a aglomeração de pessoas.

Tal como noutros países, Angola também encerrou as fronteiras para evitar a importação de novos casos da doença. Com estas medidas, quase todos os sectores de actividade económica foram afectados, com maior realce para os mais vulneráveis ao distanciamento social e ao colapso da procura global, bem como aqueles que têm grande dependência de cadeias de abastecimento transfronteiriças, tais como a indústria transformadora, construção, hotelaria, retalho, transportes e logística e o oil & gas. Entretanto, o impacto tem sido relativamente menos sentido por alguns sectores, como o financeiro, a agricultura e as pescas, por não registarem o encerramento total.

As estatísticas existentes⁷ para ajudar a quantificar o impacto sentido em cada sector de actividade são ainda pouco expressivas. Entretanto, sabe-se que o número de actividades que foram suspensas é elevado, com reflexo no desemprego, esperando-se, deste modo, que outras informações que venham a ser publicadas relativamente a este período evidenciem impactos de intensidades diferenciadas para cada sector:

- **O sector dos transportes** é um dos que, aparentemente, mais se ressentiu do impacto destas medidas. O encerramento de fronteiras (aéreas, marítimas e terrestres) provocou a paralisação de uma grande parte do sector, não obstante ter sido mantido o transporte de mercadorias essenciais. A redução de viagens devido às restrições de circulação de pessoas impostas a nível global e interno levou a um declínio acentuado da actividade das empresas deste sector, implicando um forte impacto na rentabilidade e na liquidez das empresas. A título de exemplo, no mês de Abril, o Ministério de tutela estimava uma redução entre 60 e 70% no transporte de pessoas e de 20 a 40% no de carga, com perdas entre 513 e 596 milhões de USD;
- **O sector da hotelaria e restauração**, sustentado habitualmente pelo turismo de negócios e turismo interno dos expatriados, é outro dos que mais tem sido afectado. O sector continua a verificar quebras significativas na sua facturação, com fortes impactos negativos sobre a rentabilidade e a liquidez das empresas;

⁷ Neste sentido, o Banco Nacional de Angola desenvolveu um inquérito destinado exclusivamente às Pequenas e Médias Empresas (PME), com o objectivo de obter informações sobre o impacto da pandemia na actividade das mesmas, com vista a auxiliar na adopção de medidas de apoio. Os resultados do inquérito, que contou com uma amostra pequena, revelaram que no mês de Junho houve um ligeiro aumento do número de empresas que encerraram de forma definitiva e temporária devido ao contexto, e uma redução de empresas em normal funcionamento.

- **Na indústria transformadora e construção civil**, regista-se uma redução na procura e na capacidade de produção, levando a atrasos e adiamentos de projectos e a quebras de facturação. Para a construção de obras públicas, o Governo priorizou apenas as obras consideradas prioritárias e estratégicas, como às do sector dos transportes, e as inseridas no PIIM⁸;
- **No sector petrolífero**, os impactos começaram a reflectir-se na procura e depois nos preços. A China, principal destino das exportações de Angola, reduziu substancialmente as suas importações petrolíferas, devido, sobretudo, ao fecho das principais refinarias. No geral, registou-se uma redução da procura generalizada devido a quebras da produção industrial. Por exemplo, em termos financeiros, registou-se uma queda significativa nas receitas tributárias petrolíferas do segundo trimestre, que desceram para 1,5 mil milhões de USD, uma queda de quase 50% face ao trimestre anterior;
- **O comércio** tem-se ressentido sobretudo com as limitações impostas na circulação de pessoas e ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, o que tem condicionado as vendas. Esperam-se quebras elevadas da facturação e pressão sobre os fluxos de caixa;
- **Na banca**, já há sinais de que as medidas restritivas reduziram as operações por via da limitação da circulação de pessoas e do encerramento ou suspensão de muitas actividades empresariais. Por exemplo, os impactos nas receitas com comissões de transacções já se vêem reflectidos nos indicadores de solidez do sistema bancário, que evidenciaram quedas no ROE (*Return on Equity*), ao situarem-se nos -1,2% e 0,1% nos meses de Abril e Maio, uma diferença significativa face aos rácios de 6,4% e 8,4% dos mesmos períodos do ano passado. Com a forte queda esperada na actividade económica, o sector poderá ressentir-se, até ao final do ano, de um aumento do incumprimento dos empréstimos com reflexo no rácio de crédito malparado, o que por sua vez, aumentam as imparidades e abatem os resultados.

Visando conter os impactos, antes de serem tomadas medidas mais operacionais e específicas de cada sector, foi publicado o Decreto Presidencial n.º 96/20, que definiu as principais linhas de actuação do Governo, as quais assentaram nos seguintes eixos:

- (i) Utilização de 1,5 mil milhões de USD do Fundo Soberano para apoio orçamental;
- (ii) Aceleração do Programa de Privatizações (PROPRIV);
- (iii) Concessão de autorização ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para investir em títulos do Tesouro;
- (iv) Suspensão do pagamento em *cash* de atrasados;

⁸ Programa Integrado de Intervenção nos Municípios

- (v) Negociação para adiamento do pagamento de 50% da dívida interna (*rollover*) e adesão do país às linhas de financiamento para a COVID-19;
- (vi) Isenção do IVA e direitos aduaneiros para mercadorias com fins humanitários e de doações;
- (vii) Suspensão de exportação de bens alimentares e equipamentos médicos.

Tabela 7. Resumo das medidas de apoio à economia

Âmbito	Objectivo	Medida
Impostos	Aliviar a pressão sobre a tesouraria com obrigações tributárias	<ul style="list-style-type: none"> i. Alargamento, por cerca de 2 meses, de prazos limites para liquidação do Imposto Industrial dos Grupos B e A; ii. Atribuição de crédito fiscal de 12 meses sobre o IVA na importação de bens de capital e de matéria-prima enquadrados no PRODESI.
Salários	Aliviar a pressão sobre a tesouraria com contribuições para a Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> i. Diferimento do pagamento da contribuição da segurança social referente ao 2º trimestre de 2020 para o 2º semestre do ano.
Apoio Financeiro	Assegurar o apoio financeiro para a manutenção mínima dos níveis de actividades das micro, pequenas e médias empresas do sector produtivo	<ul style="list-style-type: none"> i. Criação de uma linha de financiamento do FADA, no valor de 15 mil milhões de Kz, para a agricultura; ii. Criação de uma linha de financiamento do BDA, no valor de 26,4 mil milhões de Kz, para comércio e distribuição de produtores nacionais; iii. Criação de uma linha de financiamento do BDA, no valor de 13,5 mil milhões de Kz para agricultura e pecuária; iv. Criação de uma linha de financiamento do BDA, no valor de 750 milhões de Kz, para cooperativas nos sectores da agricultura e das pescas; v. Criação de uma linha de financiamento do FACRA, através do BDA, no valor de 3 mil milhões de Kz, para investimentos no capital próprio de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas; vii. Criação de uma linha de crédito do FACRA, no valor de 4 mil milhões de Kz, para diversos sectores da economia;
Burocracia sobre as empresas	Remover o excesso de burocracia que incide sobre as empresas	<ul style="list-style-type: none"> i. Suspensão da obrigatoriedade de as empresas realizarem o registo estatístico; ii. Obrigatoriedade de emissão do alvará comercial apenas para as actividades de comercialização de bens alimentares diversos, medicamentos, automóveis, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos; iii. Extinção da obrigação de licenciamento de contratos de gestão, prestação de serviços e assistência técnica estrangeira ou de Gestão no BNA e no Ministério da Economia e Planeamento.
Mobilidade	Assegurar a mobilidade dos trabalhadores neste período	<ul style="list-style-type: none"> i. Credenciamento dos trabalhadores do sector privado, a fim de garantir a sua mobilidade.
Famílias	Agregados de famílias em situação de risco	<ul style="list-style-type: none"> i. Transferência para os salários dos trabalhadores, da segurança social nos meses de Abril, Maio e Junho de 2020; ii. Disponibilização de 315 milhões de Kz para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, para desenvolver campanhas de distribuição de bens da cesta básica; iii. Início em Maio de 2020, da primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias;
Economia informal	Aceleração da transição da actividade informal para o sector formal	<ul style="list-style-type: none"> i. Elaboração e execução de um plano de acção de formalização e organização do comércio informal; ii. Elaborar e executar um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais.

2.2. Contas fiscais e evolução da dívida pública interna

2.2.1. Revisão do Orçamento Geral do Estado 2020

A revisão do OGE 2020 foi motivada pela queda acentuada do preço do petróleo verificada desde o início de Março e pelo impacto das medidas de confinamento devido ao combate à COVID-19. Os dois fenómenos deixaram os principais pressupostos orçamentais desalinhados da realidade.

Evolução dos pressupostos assumidos:

Tabela 8. Pressupostos do OGE de 2020

Pressupostos	2019	2020	
		OGE	Revisão
Inflação (%)	17,1	25,0	25,0
Produção de Diamantes (Mil quilates)	9 121,5	10 175,0	8 000,0
Preço Médio dos Diamantes (USD/quilate)	142,3	162,1	103,0
Produção Petrolífera (Milhões de barris/dia)	1 376,3	1 436,9	1 283,5
Preço Médio do Petróleo (USD/barril)	65,2	55,0	33,0
Taxa de crescimento real do PIB (%)	- 0,9	1,8	-3,6
PIB petrolífero + LNG	- 6,6	1,5	- 7,0
PIB petrolífero	- 7,6	3,4	- 7,2
PIB não petrolífero	1,6	1,9	-2,1

Fonte: MINFIN

- ✓ **Preço do petróleo** – O OGE 2020 inicial fixava o preço do barril de petróleo nos 55 USD. Este preço deixou de estar consistente com a evolução do preço no mercado internacional que, em média, se situou nos 42 USD, até à revisão do OGE. Assim, prevê-se agora uma média de 33 USD por barril até ao final do ano, um pressuposto justificável e podendo até ser considerado conservador⁹.
- ✓ **Taxa de inflação** – A inflação esperada mantém-se nos 25%. Embora a sensação de aumento nos preços da economia actualmente poderia sugerir uma estimativa maior, a inflação esperada pelo Governo terá levado em conta o adiamento dos ajustamentos aos preços dos combustíveis, o que compensaria os efeitos da depreciação cambial e de eventuais restrições de entrada de bens e serviços na economia;
- ✓ **Taxa de câmbio** – O câmbio médio implícito deverá estar contido no intervalo entre 562,505 e 616,941 USD/Kz¹⁰ e é justificado pela continuidade dos ajustamentos do mercado cambial;
- ✓ **Produção petrolífera nacional** – Além dos efeitos dos baixos preços sobre o sector, este pressuposto deverá ser limitado pelo acordo da OPEP, que impõe um novo

⁹ Este preço constitui uma mudança no pressuposto, uma vez que o MINFIN havia informado, no início da crise, que trabalharia com um preço de até 35 USD por barril.

¹⁰ Não obstante a taxa de câmbio não ser divulgada, deduziu-se a taxa de câmbio através das receitas petrolíferas, tendo como referência taxas efectivas para impostos petrolíferos entre 31% e 34% utilizada em momentos que o preço do petróleo foi similar ao actual.

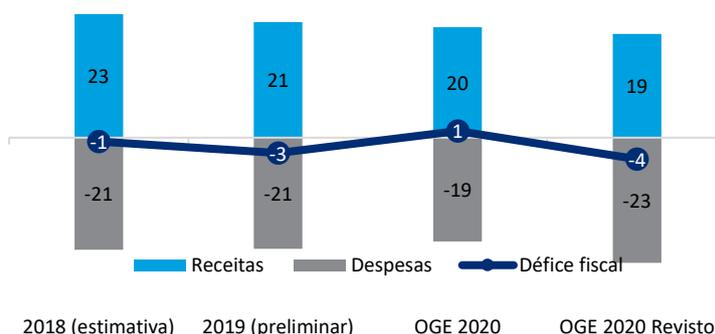
limite de produção ao nosso país. Por isso, a previsão agora é de apenas 1,28 milhões de barris, contra os anteriores 1,44 milhões de barris diários;

- ✓ **Variação do PIB** – Espera-se agora uma queda do PIB na ordem dos 3,6%, face a contracção de apenas 1,2% avançada pelo MINFIN antes do início da revisão e da expansão de 1,8% do OGE inicial. No momento da elaboração do OGE inicial, já havia indícios de que a concretização das previsões de crescimento enfrentaria vários desafios. Agora, com esta nova conjuntura, antevê-se um impacto bastante negativo, sendo mesmo difícil pensar-se numa recessão de apenas 4%.

Em relação às receitas fiscais, notou-se uma redução nesta rubrica de 28,9% para 6 125,0 mil milhões de Kz, influenciada maioritariamente pela queda da receita petrolífera, que reduziu 47,1% face ao OGE inicial, ao passo que a receita não petrolífera caiu cerca de 7,5% para 2 328,6 mil milhões de Kz.

Espera-se que este corte na previsão de arrecadação dos impostos petrolíferos leve a uma redução do peso desta rubrica no PIB para 9,3%, enquanto os impostos não petrolíferos deverão aumentar o peso, de 6,0% para 7,3% do PIB.

Gráfico 9. Evolução da Receita, Despesa e Défice Fiscal (em % do PIB)



Fonte: MINFIN

Nas despesas fiscais, a revisão impôs um corte de 8,7% nos gastos gerais, para 7 392,6 mil milhões de Kz. As despesas correntes reduziram 12,3% e as de capitais aumentaram 9,3%.

O grande destaque nas rubricas das despesas correntes são os gastos com o pagamento de juros, que diminuirão 20,5%, com realce para os juros externos, que cairão 25,5%.

Estas reduções nas receitas e despesas levaram a que se assumisse um saldo fiscal deficitário, quando comparado com o *superavit* de 1,2% que constava do OGE inicial.

Tabela 9. Quadro Macro Fiscal 2019 – 2020

Mil milhões de Kz	2019 (1)	2020		Var. 3/2	% PIB		
		OGE (2)	Revisão (3)		1	2	3
Receitas	6 512,1	8 614,7	6 125,0	↓ 28,9%	21,5	20,4	19,2
Petrolíferas	3 952,5	5 580,5	2 951,8	↓ 47,1%	13,0	13,2	9,3
Não petrolíferas	2 104,5	2 516,6	2 328,6	↓ 7,5%	6,9	6,0	7,3
Outras	137,0	235,8	555,3	↑ 136%	0,5	0,6	1,7
Despesas	6 269,6	8 096,2	7 392,6	↓ 8,7%	20,7	19,2	23,2
Despesas correntes	5 142,9	6 758,7	5 930,5	↓ 12,3%	17,0	16,0	18,6
Salários	1 999,2	2 217,5	2 181,8	↓ 1,6%	6,6	5,3	6,8
Subsídios	78,6	250,9	216,7	↓ 13,6%	0,3	0,6	0,7
Juros	1 720,7	2 473,8	1 967,4	↓ 20,5%	5,7	5,9	6,2
Externos	923,3	1 404,8	1 040,9	↓ 25,9%	2,6	3,3	3,3
Internos	797,3	1 069,0	926,5	↓ 13,3%	3,0	2,5	2,9
Outras	597,6	880,8	753,1	↓ 14,5%	2	2,1	2,4
Despesas de capital	1 126,7	1 337,4	1 462,2	↑ 9,3%	3,7	3,2	4,6
Défice fiscal	-873,7	518,5	-1 267,6	↓ 344,5%	-2,9	1,2	-4,0
Financiamento interno (líquido)	122,2	-2 238,5	-140,1	↓ 93,7%	0,4	-5,3	-0,4
Desembolsos	1 622,6	2 480,7	4 066,9	↑ 63,9%	5,3	5,9	12,8
Amortizações	-1 817,8	-4 081,9	-3 702,7	↓ 9,3%	-6	-9,7	-11,6
Financiamento externo (líquido)	991,1	1 719,9	1 407,7	↓ 18,2%	3,3	4,1	4,4
Desembolsos	3 095,9	4 863,7	3 262,1	↓ 32,9%	10,2	11,5	10,2
Amortizações	-2 104,8	-3 143,8	-1 854,4	↓ 41%	-6,9	-7,5	-5,8

Fonte: MINFIN

Quanto à despesa financeira, que considera os montantes para o pagamento da dívida do Estado e os respectivos juros, também se deve destacar a queda de 24,5% na soma das duas componentes. Neste ponto, o destaque recai, naturalmente, para a diminuição de mais de 50% na componente externa devido, provavelmente, a contabilização de prováveis alívios nos pagamentos por parte da China e de outros credores.

Sem considerar as operações de dívida, a maior parte das despesas no OGE 2020, continuou a estar alocada ao sector social, com cerca de 2 413,6 mil milhões de Kz, representando um peso de 18% do total de receitas fiscais. Contrariamente ao que se esperava, verificaram-se aumentos nas dotações em áreas sociais irrelevantes para o actual contexto e cortes, ou aumentos insignificantes, em subsectores que deveriam ter, actualmente, toda atenção das autoridades. A título de exemplo, estão os cortes nas dotações para a protecção ambiental, habitação, serviços comunitários e social, estão também os aumentos modestos para a saúde e educação e aumentos para rubricas como recreação, cultura e religião.

Tabela 10. Divisão funcional da despesa (mil milhões de Kz)

Sector	2020		Var. 2/1	% Despesa Fiscal Primária	% Despesa Total	% PIB
	OGE (1)	Revisão (2)				
1. Sector Social	2 564,0	2 413,6	↓ 5,9%	40,7%	17,9%	7,6%
2. Sector Económico	711,2	943,6	↑ 32,7%	15,9%	7,0%	3,0%
3. Defesa, Segurança e Ordem Pública	1 203,3	1 175,4	↓ 2,3%	19,8%	8,7%	3,7%
4. Serviços Público Gerais	1 792,8	1 397,4	↓ 22,0%	23,6%	10,4%	4,4%
Despesa Fiscal Primária	6 271,4	5 930,4	↓ 5,4%	44,1%	44,1%	18,6%
Despesa Financeira	9 699,2	7 525,2	↓ 22,4%	55,9%	55,9%	23,6%
Total Orçamento Geral do Estado	15 970,6	13 455,3	↓ 15,7%	-	100,0%	42,2%

Fonte: MINFIN

O montante de 711,2 mil milhões de Kz alocados ao sector económico sofreu um incremento de 32,7%. Os gastos com combustíveis e energia tiveram o maior aumento dentro do sector económico, seguido pelos transportes, sendo estas duas, as rubricas que representam as maiores fatias do sector. A agricultura também saiu beneficiada, tendo observado um aumento de 18,8%.

2.2.2. Colocação líquida da dívida titulada

A dívida pública titulada emitida nos primeiros seis meses deste ano atingiu cerca de 584 mil milhões de Kz, representando um aumento de 6% face à dívida obtida no mesmo período de 2019. Esta subida foi impulsionada pelo aumento de 160% das emissões de Obrigações do Tesouro (OT), que totalizaram 392 mil milhões de Kz. Em contrapartida, registou-se uma queda de 52% na emissão dos Bilhetes do Tesouro (BT), para 191 mil milhões de Kz.

Quanto ao diferencial entre a oferta e os valores efectivamente colocados, é possível inferir maior atractividade no investimento em OT do que em BT. No período em referência, o mercado adquiriu apenas 30% dos BT oferecidos, enquanto as OT foram absorvidas em mais de 50% do que se tinha ofertado.

Tabela 11. Colocação líquida de títulos
(mil milhões de Kz)

mil milhões Kz	2019 (jan-jun)	2020 (jan-jun)	Var.
BT			
Oferta	1 463	637	-56%
Emissão	399	191	-52%
Resgate	472	220	-53%
C. líquida	- 73	- 29	-
OT			
Oferta	372	687	84%
Emissão	151	392	160%
Resgates	377	933	147%
C. líquida	- 226	- 541	-
Total Emissão	550	584	6%
Total Resgate	850	1 154	36%

Fonte: SIGMA

Tabela 12. Taxas de juro dos títulos do Tesouro (%)

Títulos	Maturidade	jun/19	dez/19	jun/20
BT	91 dias	12,07	-	16,00
	182 dias	16,94	12,00	17,50
	364 dias	16,17	14,68	18,50
OT-NR	1,5 anos	-	-	22,50
	2 anos	22,00	22,25	22,73
	3 anos	23,00	23,25	23,59

Fonte: SIGMA/BNA

Quanto aos resgates, o Tesouro amortizou dívidas no valor de 1 154,0 mil milhões de Kz, sendo que a maior parte deste valor, cerca de 933 mil milhões de Kz, foram pagamentos de Obrigações do Tesouro e os restantes 220 mil milhões de Kz corresponderam aos resgates de Bilhetes do Tesouro.

De notar que, no final do mês de Junho, as taxas de juro para emissão dos BT situaram-se nos 16,00%, 17,50% e 18,50% para as maturidades de 91, 182 e 364 dias, respectivamente, evidenciando aumentos entre 0,04 e 3,08 pontos percentuais (p.p.) face às observadas no mesmo período de 2019. Já para as OT, as taxas das emissões para as obrigações não reajustáveis também evidenciaram aumentos de até 0,23 p.p., tendo encerrado o semestre nos 22,50%, 22,73%, 23,59% e 24,50%, para os prazos de 1,5, de 2, de 3 e de 4 anos, na mesma ordem.

Quanto às emissões de Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira (OTME), neste período, foram observadas ofertas, que muitas vezes ficaram sem compradores, o que pode estar associado a uma maior percepção do risco para se investir em dívidas do Governo em moeda estrangeira, num contexto de grandes desafios para a tesouraria do Estado, o que privilegia o investimento em activos privados ou mesmo poupanças externas. Ao mesmo tempo, a realização de *rollover*¹¹ continuou a ser uma estratégia utilizada pelo Governo devido à necessidade de deslocar a dívida para o longo prazo e aliviar a pressão sobre o serviço da dívida no curto prazo.

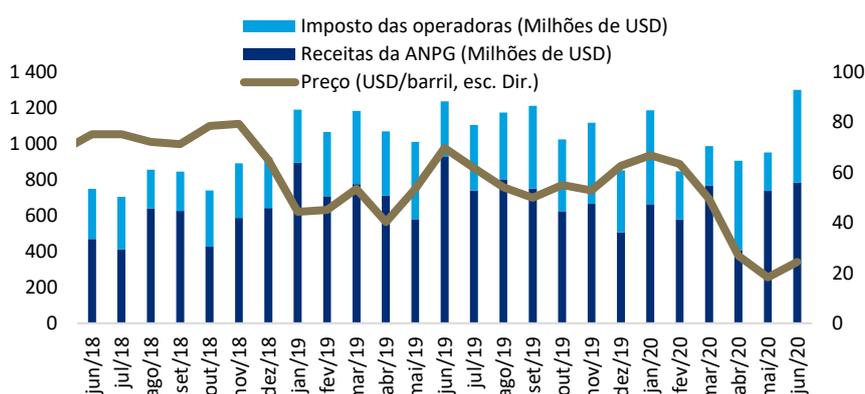
De referir que, foi registado, neste período, uma emissão de cerca de 2,5 milhões de Kz em obrigações indexadas ao câmbio, um instrumento cuja utilização tem sido descontinuada por parte do Tesouro.

2.2.3. Arrecadação de receitas petrolíferas

No primeiro semestre deste ano, foram arrecadados cerca de 4,2 mil milhões de USD em receitas fiscais petrolíferas, o que representou uma queda de 31% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esta redução foi, principalmente, provocada pela queda do preço médio do barril angolano, que chegou mesmo a atingir o mínimo histórico de 18,2 USD por barril em Maio. Entretanto, o preço médio de exportação de Janeiro a Junho, foi de 42 USD por barril, inferior em 18,7% ao verificado no mesmo período de 2019. A contribuir, esteve também a queda de 1% da quantidade exportada de petróleo que atingiu os 249 milhões de barris.

A queda do total das receitas fiscais petrolíferas foi também justificada pela diminuição de 28% das receitas da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), que se situaram nos 2,8 mil milhões de USD e de 39% dos impostos cobrados às operadoras, que totalizaram 1,4 mil milhões de USD no acumulado até Junho.

Gráfico 10. Receitas petrolíferas vs preço de exportação



Fonte: MINFIN

A diminuição dos impostos totais foi maioritariamente explicada pela queda de 34% do Imposto sobre o Rendimento de Petróleo para 1,1 mil milhões de USD (81% do total de impostos). Registou-se também uma queda de 49% do Imposto sobre a Produção de Petróleo para 172

¹¹ Adiamento do pagamento de dívidas de títulos públicos.

milhões de USD (peso de 12%) e de 10% do Imposto sobre a Transacção de Petróleo para 91 milhões de USD (peso de 7%).

Tabela 13. Exportação petrolífera por bloco (milhões de barris)

Descrição	2019 (jan-jun)	2020 (jan-jun)	Variação
Bloco 0 A	30,3	25,3	-16,6%
Bloco 0 B	11,2	10,1	-9,7%
Bloco 2/05	0,1	0,2	17,2%
Bloco 3/05	4,7	4,3	-9,1%
Bloco 4/05	0,9	0,7	-21,2%
Bloco 14	10,0	10,1	0,7%
Bloco 14 K/A-IMI	1,1	0,7	-29,9%
Bloco 15	42,8	37,0	-13,6%
Bloco 15/06	25,3	21,1	-16,7%
Bloco 16	11,4	0,0	-100,0%
Bloco 17	80,9	76,8	-5,1%
Bloco 18	10,5	9,9	-5,8%
Bloco 31	16,6	13,8	-17,2%
Bloco 32	19,2	39,1	103,7%
Zona Sul T. Cabinda	0,1	0,0	-54,7%
TOTAL	265,2	249,1	-6,1%

Quanto às exportações petrolíferas por blocos, observa-se que os blocos 0A, 15, 17 e 32 são considerados como os mais produtivos, correspondendo a mais de 70% do total, com realce para o bloco 17.

O difícil contexto que o sector petrolífero enfrenta deverá continuar a impor elevados desafios para a arrecadação de receitas e para os níveis de produção, ficando ainda mais difícil a implementação dos esforços anunciados pelo Governo para a contenção do declínio da produção petrolífera que já se verifica no país há algum tempo.

2.2.4. Arrecadação de receitas não petrolíferas

As receitas fiscais não petrolíferas arrecadadas, entre Janeiro e Abril deste ano¹², atingiram 816,6 mil milhões de Kz, o que representou um aumento face aos 568,5 mil milhões de Kz do mesmo período do ano anterior. Trata-se do maior volume arrecadado entre os montantes relativos aos primeiros 4 meses de cada ano desde 2015.

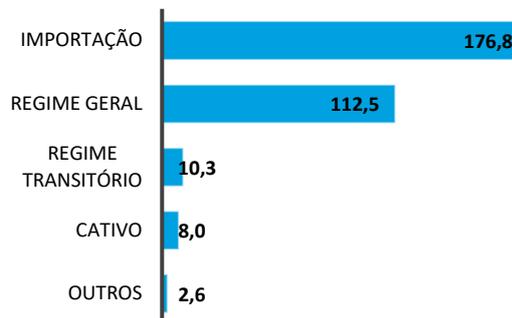
¹² No fecho desta edição, os dados da AGT sobre este tema reportavam apenas até Abril 2020.

Tabela 14. Evolução da receita fiscal não petrolífera

Mil milhões de Kz	2019	2020	Var. (%)
Janeiro	172,9	229,1	33%
Fevereiro	121,9	172,5	42%
Março	126,2	190,1	51%
Abril	147,5	224,9	52%
Total	568,5	816,6	44%

Fonte: AGT

Gráfico 11. Arrecadação de IVA nos primeiros 180 dias da sua implementação (mil milhões de Kz)



Fonte: AGT

Segundo o relatório dos primeiros 180 dias do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), nos primeiros seis meses de vigência do IVA (entre Outubro de 2019 e Março de 2020), entrou nos cofres do Estado um total de 256,2 mil milhões de Kz, dos quais 158,4 mil milhões de Kz foram arrecadados na importação e 98 mil milhões de Kz nas operações internas.

No ano passado, também entrou em vigor o Imposto Especial de Consumo (IEC), que somado ao IVA, atingiu 322,98 mil milhões de Kz entre Outubro de 2019 e Março de 2020. Entretanto, este valor mantém-se ainda 67% abaixo do valor arrecadado, no mesmo período do ano passado, com os impostos de Consumo e de Selo registado. Espera-se que a cobrança do IVA venha a aumentar, uma vez que se espera mais entrada de agentes económicos no regime geral a partir de 2021.

Gráfico 12. Receitas diamantíferas



Fonte: MINFIN

Utilizando uma outra fonte do MINFIN, tem-se os dados das receitas obtidas no sector dos diamantes, que apontam para um aumento de 16% na venda desta *commodity*, entre Janeiro e Junho, atingindo cerca de 17,1 mil milhões de Kz. Deste montante, 11,4 mil milhões de Kz são provenientes de *royalties* e 5,7 mil milhões de Kz originários do imposto industrial.

Apesar do aumento das receitas, a produção caiu cerca de 15% para 3,5 milhões de quilates, ficando abaixo dos 4,1 milhões de quilates registados no mesmo período do ano passado. Já o preço médio do quilate teve um aumento de 43%, passando de 370,5 USD para 529,5 USD.

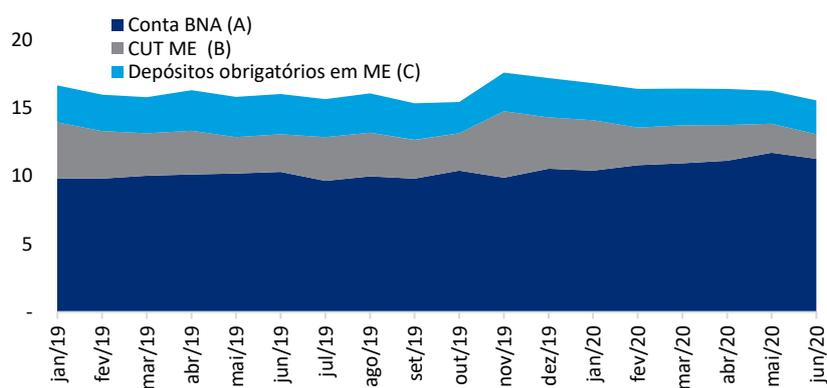
2.3. Contas externas

O saldo acumulado da conta de bens subiu para 4,1 mil milhões de USD até Março¹³ deste ano, comparativamente aos 4,0 mil milhões de USD do primeiro trimestre de 2019. No período em análise, as exportações apresentaram uma queda de 25%, fixando-se nos 6,5 mil milhões de USD e as importações baixaram 47,9% para os 2,45 mil milhões de USD.

Como acima referido, o fraco desempenho nas exportações deveu-se, sobretudo, à redução das exportações petrolíferas e diamantíferas, ao passo que as importações foram afectadas, principalmente, pela diminuição na compra de bens de consumo e de bens de capital.

O facto de as importações terem recuado muito mais do que as exportações, retirou alguma pressão sobre a evolução das Reservas Internacionais Líquidas (RIL), que atingiram no final de Junho cerca de 10,4 mil milhões de USD, ligeiramente acima dos 10,2 mil milhões de USD do mesmo mês do ano passado. Entretanto, desde Janeiro até Junho deste ano, as RIL já recuaram cerca de 11.3%. Por seu lado, as Reservas Internacionais Brutas (RIB) desceram para 15,6 mil milhões de USD, comparativamente aos 16,0 mil milhões de USD do período homólogo (-9,6% desde o início do ano).

Gráfico 13. Reservas Internacionais Brutas = A+B+C
(mil milhões de USD)



Fonte: BNA

A parte das RIB detida pelo BNA (mais de 70% das RIB) aumentou 9,4% nos últimos 12 meses, ao passo que os depósitos obrigatórios em moeda estrangeira e a Conta Única

¹³ Informação do segundo trimestre ainda não disponível.

do Tesouro Nacional em Moeda Estrangeira (CUT ME) recuaram 15,3% e 35,3%, respectivamente.

Com a redução das receitas fiscais petrolíferas e o menor endividamento público titulado interno, pode-se inferir que o Ministério das Finanças tem esterilizado moeda de forma a financiar as suas despesas correntes, sendo este o principal motivo da redução das reservas internacionais do país, o que pode justificar a queda significativa da CUTME.

2.3.1. Impactos do contexto actual no *rating* e dívida externa de Angola

A maior parte das instituições internacionais aponta o nosso país como um dos que mais sofre, ou deverá sofrer, com a pandemia da COVID-19, devido à forte dependência do petróleo e ao alto nível de endividamento. Esta perspectiva já levou as três agências de notação financeira que acompanham a economia angolana a reduzirem o *rating* do país neste ano.

Nos primeiros seis meses do ano, o *rating* de Angola desceu de B para B- em Março, de acordo com a Fitch, com perspectiva estável. Por outro lado, a Standard & Poor's baixou o *rating* em CCC+, um nível de não investimento, ao passo que a Moody's manteve a sua classificação para o país, colocando-a sob revisão¹⁴.

As agências justificaram as suas decisões com o impacto da queda do preço do petróleo, a produção petrolífera de Angola e a depreciação cambial acima do esperado, o que aumentou os níveis da dívida indexada e externa, quando convertida em Kwanzas.

Tabela 15. Alterações do *rating* de Angola até Junho 2020

Agência de <i>Rating</i>	Longo Prazo				Curto Prazo			
	ME		MN		ME		MN	
	Data	<i>Rating</i> (Outlook)	Data	<i>Rating</i>	Data	<i>Rating</i>	Data	<i>Rating</i>
Moody's	31/03/2020	B3 (Sob revisão)	31/03/2020	B3	-	-	31/03/2020	NP
	27/04/2018	B3 (Estável)	27/04/2018	B3	-	-	27/04/2018	NP
S&P	26/03/2020	CCC+ (Estável)	26/03/2020	CCC+ (Estável)	26/03/2020	C	26/03/2020	C
	08/02/2019	B- (Negativo)	11/08/2017	B-	19/05/2010	B	19/05/2010	B
Fitch	06/03/2020	B- (Estável)	06/03/2020	B-	06/03/2020	B	06/03/2020	B
	12/07/2019	B (Negativo)	12/07/2019	B	12/07/2019	B	12/07/2019	B

Fonte: Agências de *rating* referidas

No que toca à evolução da dívida externa, os dados mais actualizados do BNA¹⁵ indicam um total de 67 mil milhões de USD no primeiro trimestre ano passado, o que representa um aumento de 4,3% face ao período homólogo de 2019. Entretanto, considerando que ao longo dos três meses subsequentes foram contratados outros financiamento e linhas

¹⁴ No momento em que se fazia esta actualização ao relatório, a Moody's já havia feito um corte no *rating* do país, de B3 para Caa1, tendo alterado a perspectiva para estável. Isto ocorreu numa altura em que a Fitch também voltou a rever em baixa a sua classificação para o país, pela segunda vez no ano.

¹⁵ Dado disponível até 21 de Setembro de 2020.

de créditos, que já terão ultrapassado os 4 mil milhões de USD, pode-se deduzir que, até ao final do semestre, o referido *stock* de dívida tenha sido superado.

Entre os financiamentos e linhas de financiamento contratados desde o início do ano, destacam-se a linha de crédito no valor de 1,5 mil milhões de USD, disponibilizada pela instituição financeira alemã KFW IPEX - Bank GmbH, o financiamento de 1,1 mil milhões de USD do Governo da Alemanha, para a aquisição de turbinas, comportas, alternadores e outros equipamentos para a barragem de Caculo Cabaça.

Importa também realçar os financiamentos para o projecto de abastecimento de água do BITA, no valor global de 1,1 mil milhões de USD, concedido pelo consórcio de bancos liderados pelo Standard Chartered Bank, de Hong Kong, no qual integram BNI Paribus, Credit Agricole Corporate and Investments Bank e outras instituições financeiras subscritoras.

Tabela 16. Destaques dos principais financiamento contratados no 1 Semestre de 2020

Instrumento	Data	Síntese	Entidades envolvidas		Valor (milhões de USD)
			Nacional	Estrangeira	
Despacho Presidencial n.º 82/20	08 de Junho de 2020	Financiamento do projecto de abastecimento de água do BITA	Ministério das Finanças	Standard Chartered Bank (Hong Kong), BNI Paribus, Credit Agricole Corporate and Investments Bank Agência Francesa de Crédito à Exportação	1 077,00
Despacho Presidencial n.º 57/20	08 de Junho de 2020	Financiamento ao projecto de melhoria das actividades dos pequenos produtores	Ministério das Finanças	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Árabe de desenvolvimento de África	106,20
Despacho Presidencial n.º 43/20	18 de Abril de 2020	Financiamento da Fase I do programa de eficiência e expansão do sector de energia	Ministério das Finanças	Banco Africano de Desenvolvimento	530,00
Não Disponível ¹	10/02/2020	Linha de Financiamento para a construção da barragem de Caculo Cabaça	MINEA	Governo da Alemanha	1 060,00
Despacho Presidencial n.º 17/20	06 de Fevereiro de 2020	Acordo-Quadro de Financiamento para a concessão de uma linha de crédito	Ministério das Finanças	KFW IPEX- Bank GmbH	1 500,00
Não Disponível ²	08 de Janeiro de 2020	Financiamento para o recenciamento da agricultura, pecuária e pescas	Ministério da Agricultura e Pescas	Banco Mundial	24,00
TOTAL					4 297,20

Fonte: Compilação REF

[2/https://opais.co.ao/index.php/2020/01/08/banco-mundial-disponibiliza-mais-de-usd-20-milhoes-para-o-rapp/](https://opais.co.ao/index.php/2020/01/08/banco-mundial-disponibiliza-mais-de-usd-20-milhoes-para-o-rapp/)

[1/http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2020/1/6/Alemanha-financia-hidroelectrica-Caculo-Cabaca.76cc9b8f-0d9c-468d-a8ee-da6fe9e310a1.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2020/1/6/Alemanha-financia-hidroelectrica-Caculo-Cabaca.76cc9b8f-0d9c-468d-a8ee-da6fe9e310a1.html)

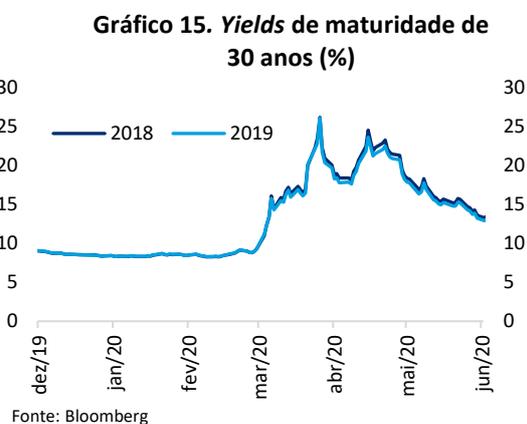
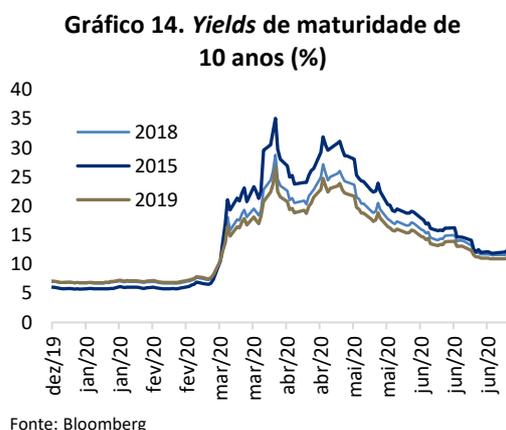
No mês de Março, o Governo autorizou, por meio do Despacho Presidencial n.º44/20, a emissão de novas *Eurobonds* no valor de 3 mil milhões de USD, no âmbito do programa global de médio prazo para a emissão de títulos de dívida soberana nos mercados internacionais. No entanto, este objectivo foi adiado, dada à actual conjuntura de

maiores riscos percebidos pelos investidores no mercado externo em relação à economia de Angola. O aumento do risco tem-se reflectido na subida das *yields* das obrigações emitidas anteriormente.

Com o colapso do preço do barril do petróleo nos mercados internacionais no mês de Abril, ficou evidente a grande correlação que este tem com o comportamento das *yields* angolanas. As taxas de rendimentos das obrigações evidenciaram subidas significativas, indo em sentido contrário ao dos preços do petróleo.

Assim, nos gráficos abaixo verifica-se que o mês de Abril, onde se registou por exemplo, a queda histórica do WTI para valores negativos, foi o período com as *yields* mais elevadas, tendo a *yield* a 10 anos se situado em média acima de 30%.

No primeiro semestre deste ano, as *yields* angolanas subiram aproximadamente 1 ponto percentual para quase todas as maturidades.



2.4. Mercado cambial

O aprofundamento dos ajustes para a flexibilização do mercado cambial continuou a ser a tônica dominante das medidas do BNA nos primeiros seis meses de 2020.

Há um conjunto de medidas comentadas na primeira edição do ano deste relatório¹⁶, que apesar de terem sido aprovadas no ano passado, só entraram em vigor no início de 2020, e visam reduzir o papel do BNA na oferta de divisas ao sector bancário e promover a dinamização do mercado cambial interbancário.

Entre estas medidas, destaca-se o Aviso n.º 13/2019¹⁷, que estabeleceu o retorno das compras de divisas pelos bancos directamente às empresas petrolíferas, o Aviso n.º 14/19, que reduziu o limite da posição cambial dos bancos de 5% para 2,5% e o Aviso

¹⁶ Publicada em Abril 2020 (<https://www.bancobai.ao/repositorio-de-informacao/informacao-economica-e-financeira/>)

¹⁷ O Aviso 13/19 faz parte de um grupo de instrumentos aprovados pelo BNA com entrada em vigor no início de 2020

n.º 12/19, que aumentou o limite para operações privadas e eliminou a necessidade de se apresentar documentos comprovativos de viagens na compra de divisas.

Após terem sido observados os efeitos iniciais das medidas anteriores, os ajustes continuaram em 2020, com a implementação de outra legislação relevante, com realce para:

- i. Aviso n.º 15/2019, em que se destaca a isenção do licenciamento da exportação dos rendimentos associados aos investimentos não cotados em bolsa;
- ii. Instrutivo n.º 1/2020, que exige um prazo máximo de 5 dias úteis desde a data de entrada do pedido, para os bancos executarem as operações de seus clientes;
- iii. Aviso n.º 1/2020, que realça que execuções de operações de importação de mercadoria com prazo de liquidação superior a 360 dias podem ser efectuadas sem autorização prévia do BNA;
- iv. Aviso n.º 2/2020, que flexibiliza as regras e procedimentos para a realização de operações de invisíveis correntes por pessoas colectivas;
- v. Instrutivo n.º 2/2020, que implementou a utilização da plataforma de negociação de moeda estrangeira da Bloomberg, o FXGO, onde os bancos ficaram obrigados a efectuar as suas operações de compra e venda de moeda estrangeira, bem como as empresas petrolíferas a efectuarem as suas vendas aos bancos. Com este instrutivo, os leilões de divisas efectuados pelo BNA também passariam, sempre que necessário, a ser feitos a partir da plataforma, objectivando-se, deste modo, uma taxa de câmbio que reflectisse efectivamente as forças de mercado.

Neste período, verificou-se também um grande foco no ajustamento da trajectória da taxa de câmbio, por via dos mecanismos de apuramento da mesma e de uma gestão mais eficiente das operações de compra e venda na plataforma. No âmbito da introdução do FXGO, foram também implementadas medidas estruturantes nesse sentido, com realce para:

- vi. Instrutivo n.º 3/2020, que impõe a publicação de uma taxa de câmbio de referência, que passa a corresponder à média aritmética da cotação de compra e venda publicada no FXGO, uma taxa meramente informativa e que não se destina a ser utilizada em operações de mercado. O BNA deixou, assim, de publicar os câmbios de compra e venda, uma medida consistente com a intenção de comunicar ao mercado uma maior liberdade na definição de preços;
- vii. Directiva n.º 3/DMA/2020, que obrigou os bancos a submeterem, diariamente, as taxas de câmbio indicativas de compra e de venda, com as quais estariam dispostas a realizar operações no FXGO. O objectivo é que o *benchmark* para a taxa de câmbio de referência seja representativo do respectivo mercado cambial;

- viii. CARTA-CIRCULAR n.º 2/DCC/2020, publicada em Abril para reforçar, sobretudo, a necessidade do cumprimento das medidas previstas no Aviso n.º 11/2014, Aviso n.º 5/2018 e Instrutivo n.º 4/2019, relativos ao pagamento da carta de crédito que deve ser efectuada por débito da conta em moeda nacional do importador no momento da liquidação da operação, sempre que a operação vai ser efectuada com recurso à moeda estrangeira comprada em leilão do BNA. É muito provável que o reforço deste tema tenha respaldo em práticas contrárias observadas em períodos anteriores à carta-circular;
- ix. Directiva n.º 1/DMA/2020, que reduz de 500 mil USD para 50 mil USD, o valor das operações que os bancos têm a obrigação de efectuar o registo no FXGO, uma medida que indica a intenção de se aumentar cada vez mais a utilização da plataforma para operações cambiais.

No mês de Junho, verificou-se um acontecimento importante, que teve reflexo na trajectória da taxa de câmbio. A divulgação da Directiva n.º 2/DMA/2020, no dia 17 de Junho, que veio limitar os bancos a 2,5% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) para compras nos leilões de divisas e operações na plataforma FXGO.

O BNA alterou, assim, o valor mínimo de cada proposta nos leilões, que segundo a legislação anterior não poderia ser inferior a 1 milhão de USD ou o equivalente em outra moeda estrangeira. A Directiva estabeleceu também que após a confirmação de compra no FXGO, os bancos devem colocar de imediato o excedente na plataforma para venda e reter apenas o correspondente ao limite da sua posição cambial.

Ao se olhar para o quadro abaixo, observa-se que depois da data de publicação da referida directiva começou-se a verificar impactos importantes, como a fraca absorção da oferta de divisas e apreciações sucessivas da taxa de câmbio.

Tabela 17. Leilões de divisas realizados após a publicação da directiva 2/DMA/2020

MOEDA	OFERTA (milhões)	COMPRA (milhões)	DATA DO LEILÃO	DATA DA LIQUIDAÇÃO	TAXA MÍNIMA	TAXA MÁXIMA	TAXA MÉDIA PONDERADA	N.º BANCOS
USD	50,00	50,00	28/05/2020	29/05/2020	573,031	584,293	575,442	14
USD	45,00	45,00	09/06/2020	10/06/2020	589,670	605,765	593,686	15
USD	50,00	50,00	16/06/2020	17/06/2020	587,120	598,673	593,817	18
USD	100,00	58,71	23/06/2020	24/06/2020	570,000	580,000	578,630	18
USD	100,00	67,13	25/06/2020	26/06/2020	570,000	575,000	573,733	19
USD	50,00	47,52	02/07/2020	06/07/2020	568,005	572,000	571,414	8
USD	50,00	5,07	07/07/2020	09/07/2020	564,386	570,855	568,914	4
USD	50,00	47,92	09/07/2020	13/07/2020	567,316	575,000	572,507	17

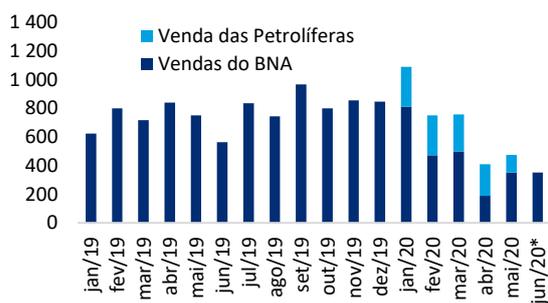
Fonte: BNA

No quadro acima, também se pode notar que desde 2 de Julho, havia um aumento no prazo de liquidação dos leilões de divisas para 2 dias, ao contrário de 1 dia como estava definido anteriormente. Esta alteração baseou-se no anúncio recente do BNA, uma

medida que viria a dar aos bancos maior flexibilidade na execução das operações e gestão da liquidez para a compra das divisas.

Quanto ao volume de vendas de divisas, a tendência tem sido decrescente, não obstante a entrada das empresas petrolíferas no lado da oferta. Nos seis primeiros meses de 2020, a soma das divisas vendidas pelo BNA e pelas empresas petrolíferas recuou para 3,8 mil milhões de USD, uma redução de 10,7% em relação ao primeiro semestre de 2019.

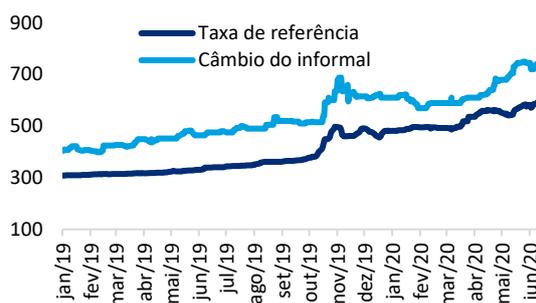
Gráfico 16. Venda mensal de divisas
(Milhões de USD)



Fonte: BNA

*Vendas das petrolíferas não disponíveis até a publicação desta edição.

Gráfico 17. Taxa de câmbio média
(USD/Kz)



Fonte: BNA/Mercado informal

Com este enquadramento, a taxa de câmbio chegou a apreciar significativamente no mês de Julho. Entretanto, desde o início do ano, já verificou uma depreciação de 15,1% da moeda nacional face ao dólar norte-americano, com a taxa de câmbio a atingir 579,450 USD/Kz em Junho deste ano.

Após a eliminação do tecto de 2%, que anteriormente limitava o *spread* dos bancos, importa agora ser acompanhada a evolução do câmbio no mercado secundário (preçário dos bancos), que, em termos médios, se situou em um *spread* de até 3% face ao câmbio de referência. Apesar de ter aumentado, observou-se uma demora, por parte dos bancos, no aumento deste *spread* nos primeiros dias após a eliminação do tecto, embora posteriormente se tenha verificado, por parte dos bancos, uma maior liberdade na fixação de preçário.

No mercado informal, o Kwanza depreciou cerca de 25,4% desde o início do ano, registando-se uma aceleração da depreciação sobretudo nos últimos meses, com o câmbio das ruas a se situar nos 765 USD/Kz, o que aumentou o distanciamento entre as duas taxas de câmbio.

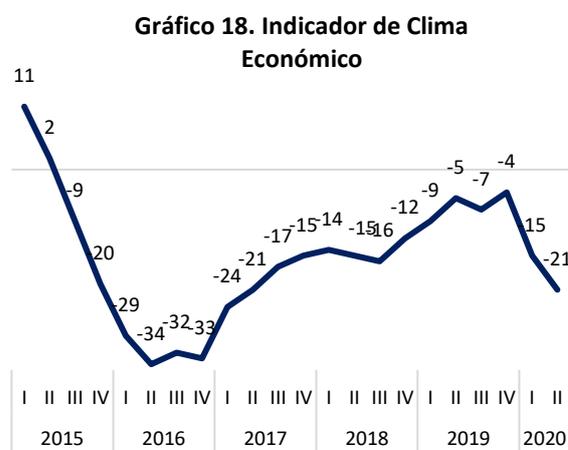
Segundo consultas feitas a operadores do mercado informal, os chamados *quinguilas*, pode-se deduzir que a dimensão deste mercado reduziu significativamente, uma vez que a quantidade procurada neste segmento tem vindo a reduzir significativamente desde que os clientes começaram a ver as suas operações executadas com mais

celeridade no circuito formal e podiam transferir dinheiro sem necessitarem de apresentar documentação ao banco.

2.5. Evolução da actividade económica

2.5.1. Índice de clima económico

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE), o Indicador de Clima Económico (ICE) atingiu 21 pontos negativos no segundo trimestre de 2020, registando o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2017. Comparativamente ao período homólogo, o ICE registou uma redução significativa na ordem dos 16 pontos.



Fonte:



Fonte: INE

Embora a deterioração da tendência negativa tenha começado no final de 2019, estes dados já incorporam os impactos negativos da COVID-19 e as respectivas medidas de contenção na actividade económica. Assim, a deterioração da confiança dos gestores está muito associada ao actual contexto que se vive em Angola e no mundo.

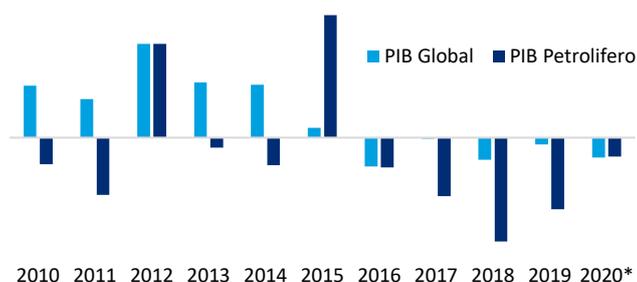
Entre os principais constrangimentos apontados pelos empresários, destacam-se as limitações no acesso ao crédito bancário, a redução da procura, as limitações de aquisição de matéria-prima e equipamentos, as dificuldades de acesso à energia eléctrica, o excesso de interferências e regulamentações estatais, a escassez de recursos humanos especializados, a redução da procura, o elevado absentismo do pessoal e a ruptura de *stocks*.

Importa destacar que dentre os vários sectores de actividade cobertos pelo ICE, o sector do turismo foi o único que apresentou uma variação positiva, apesar de ter continuado em patamares negativos (fixando-se nos -12 pontos). Já o sector da comunicação, mesmo tendo uma variação negativa, é o único que, desde o terceiro trimestre de 2016, mantém-se em terreno positivo, com 28 pontos.

2.5.2. Crescimento económico

Após a contracção de 2,1% registada em 2019, a economia nacional voltou a ter um fraco desempenho no início de 2020, começando-se a desenhar o cenário que poderá levar ao quinto ano seguido de recessão económica no País.

Gráfico 20. Evolução anual do PIB



Fonte: INE
*Primeiro trimestre

No primeiro trimestre deste ano¹⁸, o PIB teve contracção homóloga de 1,8%, após um crescimento homólogo de 0,6% registado nos três meses anteriores. Em termos trimestrais, a queda do PIB foi de mais de 4%. Não obstante, o confinamento ter iniciado no País somente no final de Março, o desempenho do PIB já reflecte os efeitos da actual conjuntura económica, devido aos impactos da COVID-19, que começaram a ser sentidos mais cedo por outras economias que se relacionam com Angola.

O sector do comércio destacou-se pela negativa, ao ter tido a maior queda, cerca de 11,6%, evidenciando a limitação do consumo. A seguir, esteve o sector das pescas, com uma queda de 7,9%, e dos diamantes e financeiros ambos com mais de 5%.

Entretanto, do lado positivo, destaque para a indústria transformadora, que apesar do ambiente adverso, cresceu 10%, seguido pela energia e água, com 3,9% e o imobiliário e a construção civil, ambos com 2,9%. É provável que o crescimento do sector da construção tenha contado com o impulso do PIIM¹⁹, que é um programa essencialmente, ligado a construções.

Apesar de cair apenas 1,7%, o sector petrolífero teve uma influência importante no PIB global, dado o peso que esta componente tem na economia. A queda do PIB deste sector foi menor do que a de 6,5% do trimestre anterior, mas deverá ser maior no trimestre seguinte devido aos impactos da crise que já deverão ser captados nas próximas estimativas.

¹⁸ Informação disponível até ao fecho desta edição.

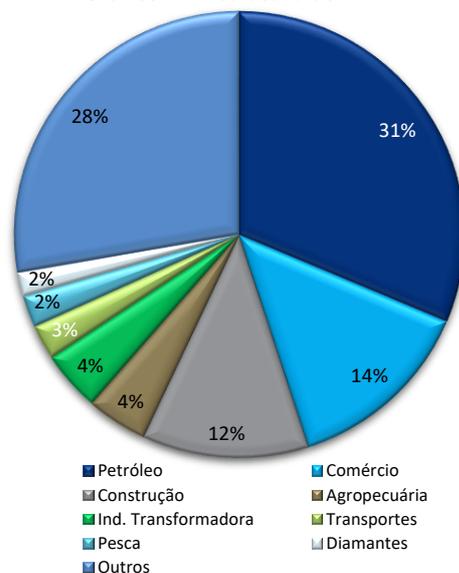
¹⁹ Programa de Intervenção nos Municípios

Tabela 18. Crescimento por sector (%)

Sector	Variações em cada ano	
	2019	2020*
Agropecuário	0,8	0,5
Pesca	-18,0	-7,9
Petróleo	-6,6	-1,7
Diamantes	8,5	-5,2
Indústria		
Transformadora	0,2	10,0
Energia e água	5,3	4,0
Construção	4,9	2,8
Comércio	1,2	-11,6
Transportes	9,0	-0,7
Telecomunicações	-1,7	2,8
Financeiro	-7,3	-5,1
Administração Pública	2,3	-0,2
Imobiliário	3,0	2,9
Outros	-	-
PIB Global	-0,9%	-1,8%

Fonte: INE
*Iº Trimestre

Gráfico 21. Estrutura do PIB



Fonte: INE

Para este ano, ainda esperam-se mais efeitos da pandemia da COVID-19 nas contas nacionais, sendo que os planos de contingência adoptados pelas empresas nacionais, o fecho temporário de fronteiras do País e os efeitos, directos e indirectos, da queda do preço internacional do barril deverão continuar a ter implicações importantes no PIB.

Com o prolongamento das medidas de restrições para controlo da evolução da COVID-19 e o facto de os preços do petróleo se manterem ainda em níveis baixos comparativamente ao ano passado, continuarão a existir condições menos favoráveis para que arranquem os projectos para novos investimentos por parte de empresas do sector petrolífero. O actual contexto tende a gerar baixas rentabilidades, por via do aumento de custos e redução da produção, inviabilizam a entrada de novos projectos e forçam o congelamento da produção em alguns poços.

Entre os pressupostos assumidos para a revisão do OGE 2020, está a taxa de crescimento económico, que se situa agora em -3,6%, uma contracção mais agravada do que a de 1,2% avançada antes da revisão do documento. O corte no crescimento reflecte as reduções nas taxas do PIB petrolífero (incluindo LNG) e não petrolífero para -7,0% e -2,1%, respectivamente. A condicionar o PIB petrolífero, deverão estar os limites impostos pelo acordo de corte de produção entre os países membros da OPEP e os seus aliados devido à COVID-19.

Por seu lado, no PIB não Petrolífero, antecipa-se uma contracção em quase todos os sectores de actividade, à excepção da produção de electricidade.

Tabela 19. Projecção PIB (%)

	2019	OGE 2020 Inicial	OGE 2020 Revisto
PIB global	-0,9	1,8	-3,6
Petróleo	-7,6	3,4	-7,2
PIB não petrolífero	1,6	1,9	-2,1
Agricultura	0,8	3,1	-1,2
Pescas e derivados	-18	4	-1,3
Outros minerais	8,5	6,6	-12,3
Indústria transformadora	0,2	1,2	-1
Construção	4,9	1,3	-1,4
Energia	5,3	0,5	7,8
Serviços mercantis	1	1,2	-1,9
Outros	2,3	1,5	-2,3

Fonte: MINFIN

Tabela 20. PIB Angola - Projecções comparativas (%)

Instituição	2019	2020	2021
Governo	-0,9	-3,6	-
FMI	-1,5	-4,0	3,2
Fitch	-	-4	0,8
The Economist	-	-1,2	-3,1
Oxford Economics	-	-9,3*	0,9
Capital Economics	-	-6,0	-
UNECA	-	-10,9	-

Fonte: Compilação própria

*<https://www.verangola.net/va/en/052020/Economy/19869/Oxford-Economics-Angola-to-face-93-percent-recession-this-year.htm>
 *<https://observador.pt/2020/09/04/fitch-desce-rating-de-angola-para-ccc-indicando-possivel-default/>

Quanto às previsões avançadas por outras instituições em relação à economia, destaca-se a Comissão Económica das Nações Unidas para África, que é a mais pessimista sobre os impactos da pandemia no PIB do País, com uma projecção de mais de 10%. Apesar de existirem entre todas, previsões mais optimistas, uma recessão mais profunda que as habituais é quase consensual.

Ainda assim, algumas destas previsões não levavam ainda em conta, o efeito de um regresso²⁰ ao confinamento, o que a acontecer, deverá ter um impacto mais severo nas previsões, principalmente, por via do consumo. Para a Oxford Economics, um confinamento que dure 12 semanas poderia reduzir em 32% o consumo público, o que teria impactos negativos significativos em diferentes sectores da economia.

2.5.3. Desemprego

Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)²¹ indicam que a **taxa de desemprego** em Angola entre Abril e Junho de 2020 foi de 32,7%, superior aos 32% do trimestre anterior e aos 29% do trimestre homólogo. Das 14,5 milhões de pessoas consideradas economicamente activas, cerca de 4,7 milhões estão em situação de desemprego, mais 0,05% que no trimestre transacto.

Embora o INE tenha iniciado recentemente a publicação deste dado com maior regularidade²², trata-se da maior taxa de desemprego dos registos existentes, e tem

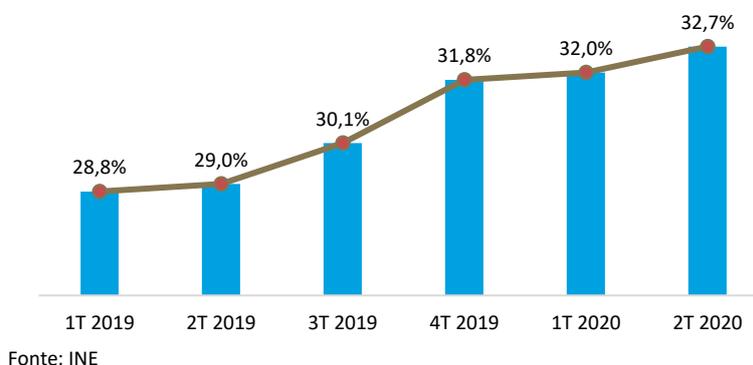
²⁰ No momento da elaboração deste relatório, o Governo angolano anunciava novas restrições, que incluía a limitação nos horários de funcionamento das empresas de vários sectores e organismos públicos e a redução da força de trabalho nos sectores de prestação de serviços públicos.

²¹ Esses dados foram ponderados, tendo por referência as estimativas da população residente em Angola para final do primeiro semestre de 2020, calculadas a partir dos resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2014 e da Projecção da População para o período 2014-2050.

²² A publicação trimestral regular da taxa de desemprego em Angola iniciou em 2019.

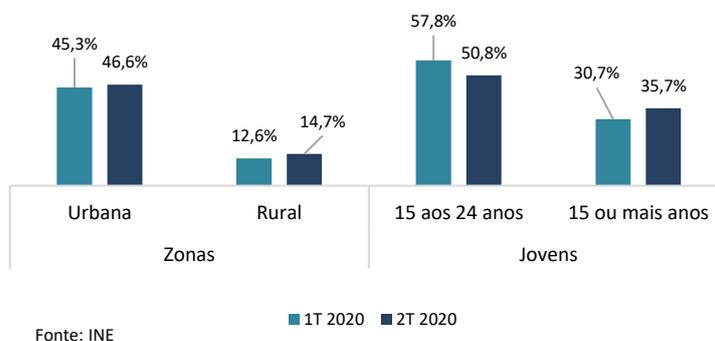
aumentando consistentemente, num contexto em que se tem verificado um aumento do número empresas dissolvidas e a suspensão de muitos negócios²³.

Gráfico 22. Evolução da taxa de desemprego



Quando analisado por género, verifica-se que a taxa de desemprego para homens reduziu 1 p.p. para 30%, enquanto para as mulheres aumentou em cerca de 2,3 p.p. para 35,1%. A maior da taxa de desemprego verificada entre as mulheres está também relacionada com os resultados obtidos no recenseamento populacional de 2014 (base ajustada utilizada para elaboração deste relatório), segundo os quais, existiam mais homens com registo de nascimento, com o ensino superior concluído e com domínio na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, que constituem factores essenciais para a inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 23. Taxa de desemprego por categorias



A taxa de desemprego da área urbana foi de 46,6%, superior em 31,9 p.p. à da área rural. Analisando a taxa de desemprego por faixa etária, observou-se que a taxa mais elevada, na ordem dos 50,8%, está centrada nos jovens entre os 15 aos 24 anos de idade.

Por seu lado, a taxa de emprego situou-se nos 58,9%, inferior à taxa de 60,7% do trimestre anterior. Entre as pessoas empregadas, o INE considerou também aquelas que

²³ Este crescimento pode-se constatar no relatório das estatísticas das empresas entre 2016 a 2019 publicado recentemente pelo INE, que mostra que a criação de empresas (implicitamente de empregos) aumentou significativamente naquele intervalo, sendo que, até o final de 2018 cerca de 52 mil empresas estavam em actividade e cerca de 130 mil aguardavam por início. No entanto, no decorrer de 2019 o número de empresas dissolvidas aumentou para 550 e cerca de 1 770 empresas tiveram as suas actividades suspensas.

se encontram no trabalho informal, nomeadamente aqueles que, na última semana do inquérito, tinham efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Por fim, com o actual contexto económico global e nacional, face aos impactos causados pela COVID-19, perspectiva-se a continuidade da deterioração das condições do mercado de trabalho, com impacto na taxa de desemprego. Entretanto, os efeitos poderiam ser limitados caso os planos de apoio às empresas mais afectadas viessem a surtir efeitos, como é o caso dos suportes previstos no plano de alívio económico e outros que tenham o apoio da banca.

2.5.4. Inflação

Após ter encerrado o ano de 2019 nos 16,90%²⁴, a taxa de inflação homóloga iniciou uma nova tendência crescente, atingindo os 22,62% no final do primeiro semestre de 2020, uma aceleração de 5,7 pontos percentuais desde o início do ano e de 5,4 p.p. face a Junho 2019.

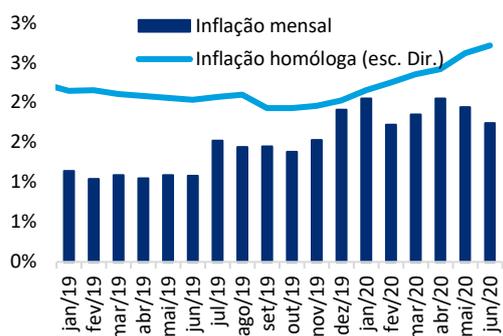
O maior aumento de preços foi verificado na classe dos hotéis, cafés e restaurantes, em cerca de 36%, significativamente acima dos 2% observados no mesmo período do ano passado. A seguir estiveram as subidas de 11,4% na classe de alimentação e bebidas não alcoólicas e de 12,9% nos preços das bebidas alcoólicas e tabacos. Esta última terá resultado do impacto da entrada em vigor do IEC, que incidiu sobre grande parte deste tipo de bens.

Apesar da aceleração da inflação global, houve um abrandamento no crescimento dos preços dos equipamentos mobiliários (-1,1 p.p.), transportes (-1,1 p.p.) e, principalmente, no sector da educação (-1,6 p.p.).

A evolução dos preços parece consistente com a actual condução da política monetária, caracterizada por um maior esforço da autoridade monetária em apoiar a actividade económica, num período em que a taxa de câmbio tem depreciado de forma acelerada.

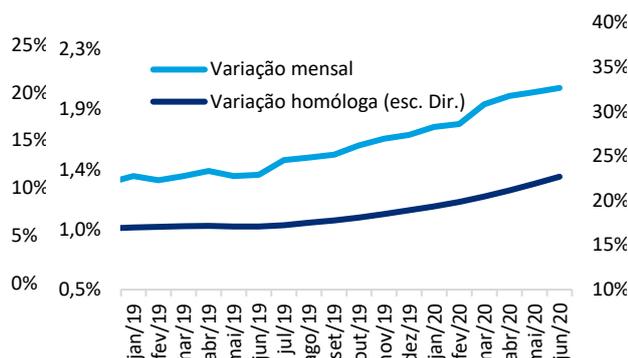
²⁴ Em 2019, Angola deixou de pertencer à lista de economias hiperinflacionárias devido ao facto de a inflação acumulada dos últimos três anos ter baixado de 105% (2015-2018) para 75% (2016-2019). De acordo com a aplicação da IAS 29, as empresas que utilizam essas normas contabilísticas e actuam em economias hiperinflacionárias devem proceder a alguns ajustamentos nas suas contas. Aqui o critério quantitativo é uma inflação acumulada de 3 anos superior a 100%. Contudo, quando o País entrou na lista das economias hiperinflacionárias, a ABANC preparou um documento onde apresentava um conjunto de argumentos para o País não entrar nesta lista. Contudo, os argumentos utilizados pela ABANC não foram tidos em contas pelas empresas mais reconhecidas de auditoria.

Gráfico 24. Inflação Nacional



Fonte: INE

Gráfico 25. Variação do IPG



Fonte: INE

Nas plataformas grossistas, também se está a verificar um aumento dos preços, com o Índice de Preços Grossista (IPG) a atingir os 22,70%, significativamente acima dos 18,92% observados no fecho de 2019 e dos 17,09% registado no período homólogo.

A maior aceleração foi verificada nos preços dos produtos nacionais, tendo variado, em termos homólogos, 22,75%, sendo que a maior variação foi vista na classe das pescas. Olhando para os preços dos bens importados, observou-se uma variação de 18,44%, também influenciada pelos preços dos bens da classe agricultura.

2.6. Panorama monetário e financeiro

2.6.1. Política monetária e liquidez

A condução da política monetária do BNA, neste ano, também está a levar em conta os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19, visando um maior equilíbrio entre os seus objectivos de controlo de preços e a criação de um ambiente que sirva de almofada para amortecer os impactos da actual crise. Nas 3 reuniões realizadas em 2020 pelo Comité de Política Monetária (CPM), o Banco Central manteve a taxa BNA nos 15,50%, mas recorreu a outros instrumentos para o alcance dos objectivos.

No dia 27 de Março, o BNA reduziu a taxa de facilidade de absorção de liquidez a 7 dias, de 10% para 7%. Nesta medida, vê-se uma indicação da autoridade monetária no sentido de se libertar alguma liquidez no sistema, ainda que de forma moderada, visando apoiar o sector económico. A medida parece adequada, uma vez que uma maior flexibilização das condições monetárias poderia pressionar a taxa de câmbio e gerar depreciações avultadas. É necessário que se continue a monitorar os impactos para mais actuações do BNA.

Apesar do BNA continuar a absorver liquidez do mercado por meio de Operações de Mercado Aberto, tem havido uma redução nas taxas de juro destas operações. Ainda assim, o passivo do BNA aumentou, com a base monetária em moeda nacional a crescer,

em termos homólogos, 21,4% para 1 663 mil milhões de Kz (+4,9% em termos semestrais). O aumento da base monetária é explicado sobretudo pelo aumento de 36,8% da reserva bancária.

Tabela 21. Base Monetária (mil milhões de Kz)

	jun-19	dez-19	jun-20	var. YTD	var. YoY
Base monetária	1 848	2 287	2 440	6,7%	32,0%
Base monetária em moeda nacional	1 370	1 586	1 663	4,9%	21,4%
Notas e moedas em circulação	433	540	504	-6,7%	16,3%
Reserva bancária	1 415	1 747	1 936	10,8%	36,8%
Depósitos obrigatórios	1 001	1 394	1 443	3,5%	44,2%
Em moeda nacional	693	923	869	-5,8%	25,4%
Em moeda estrangeira	308	471	574	21,8%	86,5%
Depósitos livres	414	352	493	39,9%	18,9%
Em moeda nacional	244	123	290	136,3%	19,1%
Em moeda estrangeira	171	229	202	-11,7%	18,6%
Outras obrigações face a OSD ¹	137	240	304	26,5%	122,4%

Fonte: BNA

1/ Inclui acordos de recompra com as Outras Sociedades de Depósitos

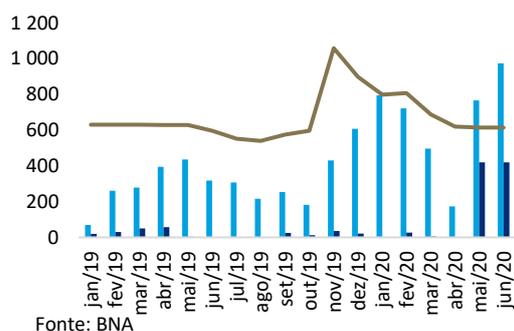
YTD: variação desde o início do ano/ YoY: Variação homóloga.

No CPM de 7 de Maio, o BNA adicionou às medidas de Março outras duas, com impactos importantes para a economia:

- i. Incluir as grandes empresas do sector produtivo à linha do desconto de títulos públicos no valor de até 100 mil milhões de Kz, inicialmente destinada a Pequenas e Médias Empresas (PME). Recorde-se que, esta linha de liquidez visou a aquisição de títulos públicos em posse de sociedades não-financeiras;
- ii. Activar a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez Overnight, até 100 mil milhões de Kz renovável trimestralmente, de modo não cumulativo, em 2020.

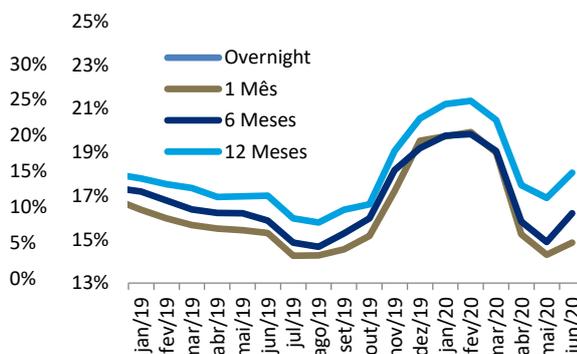
A troca de liquidez entre os bancos foi de 3 926,2 mil milhões de Kz, um aumento de 123,7% em relação ao primeiro semestre de 2019. Os bancos recorreram igualmente à Facilidade de Cedência de Liquidez do BNA e tomaram cerca de 104,6 mil milhões de Kz de liquidez, algo que não acontecia desde Setembro de 2019. Não obstante o aumento de transacções, registou-se uma redução da taxa de juros no mercado monetário interbancário, com a Luibor overnight a fechar o mês de Junho nos 15,38%, significativamente abaixo dos 22,48% do final de 2019.

Gráfico 26. Transacções MM e FCL
(mil milhões de Kz)



Fonte: BNA

Gráfico 27. Evolução das taxas Luibor



Fonte:

2.6.2. Evolução da síntese monetária

O crédito líquido concedido pela banca ao Governo Central aumentou 67,9% no primeiro semestre de 2020, situando-se nos 4 481,5 mil milhões de Kz, explicado pela queda de 7,6% dos depósitos do Estado e pela subida de 24,6% no volume de crédito concedido, embora se reconheça nesta variação os efeitos da depreciação cambial.

Quanto ao sector privado, observa-se que o *stock* concedido representa apenas 50% do do valor que foi concedido ao Governo, um cenário que respalda a preocupação já demonstrada pelo FMI, quanto à maior exposição do sistema financeiro ao Governo do que à economia.

O sector privado detinha até Junho deste ano, cerca de 3 893,8 mil milhões de Kz de *stock* de crédito, dos quais, o crédito concedido a empresas corresponde a 81% e os restantes 19% aos particulares. Relativamente ao crédito em moeda nacional, observou-se uma descida de 15,1% no *stock* concedido às empresas e 5,5% no valor dos particulares.

Existe uma grande concentração do crédito da banca em poucos sectores de actividade económica. Do valor global concedido, mais de 60% era detido por empresários das áreas do comércio (23%), imobiliário (13%), construção (10%) e de serviços (17%).

Tabela 22. Síntese Monetária Consolidada
(mil milhões de Kz)

	jun/19	dez/19	jun/20	var. YTD	var. YoY
Crédito à administração central (líquido)	2 875,4	2 668,8	4 481,5	67,9%	55,9%
Crédito à administração central	5 460,3	6 258,4	7 797,0	24,6%	42,8%
Responsabilidades face à administração central	2 584,9	3 589,6	3 315,4	-7,6%	28,3%
Sector privado	3 700,8	4 447,0	3 893,8	-12,4%	5,2%
Empresas	3 068,1	3 732,7	3 156,9	-15,4%	2,9%
Empréstimos em moeda nacional	2 382,4	2 700,6	2 293,1	-15,1%	-3,8%
Empréstimos em moeda estrangeira	685,6	1 032,2	863,8	-16,3%	26,0%
Particulares	632,7	714,2	736,9	3,2%	16,5%
Empréstimos em moeda nacional	431,4	514,6	486,1	-5,5%	12,7%
Empréstimos em moeda estrangeira	201,3	199,6	250,8	25,6%	24,6%
M2 = (M1 + Quase- Moeda)	7 284,2	10 214,4	10 896,4	6,7%	49,6%
M2MN	4 425,6	4 853,1	4 801,1	-1,1%	8,5%
M2ME (USD)	8,4	11,1	10,5	-5,4%	25,2%
M1	3 790,7	4 939,4	5 407,7	9,5%	42,7%
Notas e moedas em poder do público	321,6	419,0	391,6	-6,5%	21,8%
Depósitos a ordem	3 469,1	4 520,4	5 016,1	11,0%	44,6%
Em moeda nacional	2 394,8	2 787,4	2 915,5	4,6%	21,7%
Em moeda externa	1 074,3	1 733,0	2 100,6	21,2%	95,5%
Depósitos a Prazo	3 493,5	5 275,0	5 488,7	4,1%	57,1%
Em moeda nacional	1 709,2	1 646,7	1 494,0	-9,3%	-12,6%
Em moeda externa	1 784,3	3 628,4	3 994,7	10,1%	123,9%
Outros instrumentos equiparáveis a depósitos ¹	5,1	4,7	4,7	0,0%	-7,3%

Fonte: BNA

1/ Inclui títulos excepto ações e acordos de recompra em moeda nacional e estrangeira

Quanto aos agregados monetários, o M2 (o somatório dos depósitos e das notas e moedas em poder do público), evidencia um crescimento homólogo de 6,7% no semestre (46,9% em termos homólogos). A variação do M2 é também explicada pela

depreciação da taxa de câmbio que afectou a componente em moeda estrangeira, pois ao ser convertida em dólares, observa-se uma queda de 5,4% desde o início do ano.

Os depósitos à ordem em MN cresceram 4,6% no primeiro semestre (21,7% em termos homólogos), enquanto os depósitos a prazo recuaram 9,3% (-12,6% face ao período homólogo). As notas e moedas em poder do público, por sua vez, desceram 6,5% (+21,8% face a Junho de 2019).

2.6.3. Indicadores de solidez do sistema bancário

O ano de 2020 está a ser um período atípico e a banca não ficou imune. Os indicadores de solidez do sistema bancário evidenciam quedas nos primeiros meses do ano, com realce para a diminuição das rentabilidades, aumento do peso dos custos administrativos e do crédito em incumprimento.

Tabela 23. Indicadores de solidez do sistema bancário nacional

(% final do período)	mai-19	dez-19	mai-20	var. YoY
Solvabilidade = FPR/ (APR+ECRC/0,10)	24,3	24,1	21,6	-2,7
Fundos Próprios de Base (Nível 1) / APR	20,6	19,7	17,6	-3,0
Crédito ME/Crédito Total	27,5	31,7	33,3	5,8
Crédito Vencido/Crédito Total	29,4	32,5	34,5	5,1
(Crédito vencido -provisões p/credito vencido) / FPR	3,0	-25,7	-28,2	-31,2
ROA	1,5	1,0	0,7	-0,9
ROE	8,4	7,8	0,1	-8,4
Custos totais/proveitos totais	99,9	105,6	-	-
Cost-to-income	40,5	35,7	44,2	3,8
Margem Financeira / Margem Bruta de Intermediação	59,7	44,8	56,2	-3,4
Crédito total/depósitos totais	44,1	41,9	40,8	-3,3
Exposição cambial aberta líquida /Fundos Próprios	32,2	3,8	22,3	-9,9

Fonte: BNA

Nos últimos 12 meses até Maio²⁵, notou-se uma deterioração do nível de adequação de capital, com o rácio de solvabilidade a descer de 24,3% para 21,6% e o indicador que relaciona os Fundos Próprios de Base (Nível 1) e os activos ponderados pelo risco (APR) a cair 3 pontos percentuais para 17,6%.

Os efeitos da implementação das medidas resultantes do AQA²⁶ tinham um prazo de efectivação até 30 de Junho deste ano. Assim, em alguns indicadores podem estar reflectidos os respectivos efeitos. A título de exemplo, o aumento do rácio de crédito em incumprimento do sistema, para 34,5% do total dos empréstimos concedidos, reflecte também o reconhecimento de activos sem *performance* do sistema. O rácio encontra-se deste modo em níveis historicamente elevados.

²⁵ Estes eram os dados mais actualizados disponíveis até 22 de Setembro.

²⁶ O AQA foi realizado entre Abril e o final do ano e envolveu os 13 maiores bancos do sistema, os quais representavam 92,8% do total de activos da banca nacional. O processo teve como principal objectivo avaliar a suficiência dos níveis de capitalização de cada banco considerando aspectos como: i) adequação da valorização dos activos, colaterais e imparidades, ii) classificação dos activos e cálculo da sua ponderação de risco, iii) parâmetros e metodologias do teste de esforço e iv) a governação de riscos. A divulgação dos resultados do exercício identificou dois bancos, o BPC e o Banco Económico, que correspondiam a cerca de 96% das necessidades de recapitalização face aos requisitos mínimos regulamentares em vigor.

A utilização de critérios mais rígidos na análise aos activos, associado ao contexto actual de impactos negativos sobre o sector, fez com que os rácios de rentabilidade registassem uma deterioração, sendo que a rentabilidade dos activos (ROA) diminuiu de 1,5% para 0,7%, enquanto a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) reduziu de 8,4% para 0,1%. A deterioração da rentabilidade teve igualmente o seu reflexo no rácio custo-income que passou de 40,5% para 44,2%.

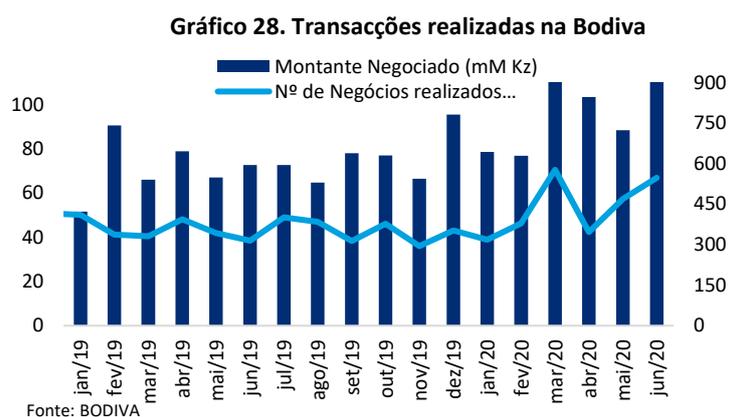
A margem financeira recuou 3,4 pontos percentuais nos últimos 12 meses até Maio, passando a representar 56,2% sobre a margem bruta de intermediação. Provavelmente, a configuração do peso das componentes do produto bancário se altere devido aos impactos que a margem complementar poderá sofrer até o final do ano.

Este ano tem sido também caracterizado por novos ajustamentos relacionados com a gestão da posição cambial, o que, associado a não emissão de títulos indexados, implicou a redução do rácio de exposição cambial aberta líquida do sistema. O indicador desceu 9,9 pontos percentuais para 22,3%.

2.7. Mercado secundário de dívida (BODIVA)

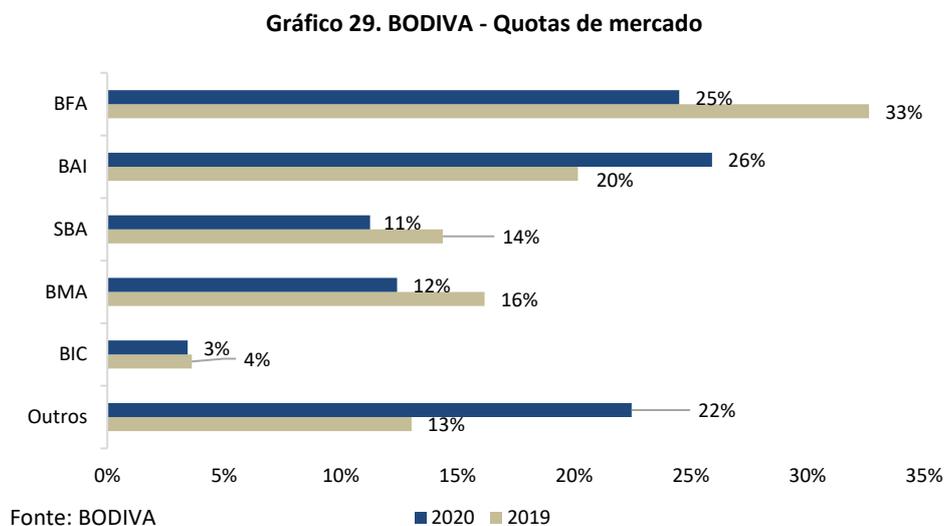
O valor negociado no mercado secundário de dívida (BODIVA) atingiu 626,6 mil milhões de Kz nos seis primeiros meses de 2020, o que espelha uma subida de 46,7% face aos seis primeiros meses de 2019.

O valor corresponde também a um aumento significativo face aos 454,5 mil milhões de Kz verificados no semestre anterior. O montante negociado especificamente no mês de Junho (145,0 mil milhões de Kz) foi o maior do período, ultrapassando o último máximo atingido em Março.



Durante o semestre, foram realizados perto de 3 mil negócios, que permitiram transaccionar mais de 5 milhões de títulos do Tesouro, menos 87,5% do que tinha verificado no semestre homólogo.

Entre os membros de intermediação, o Banco Angolano de Investimentos (BAI) fechou o semestre com a maior quota de mercado, cerca de 26%, seguido do Banco de Fomento Angola (BFA), com 25%. A seguir, estiveram o Banco Millennium Atlântico (BMA) e o Standard bank Angola (SBA), com 12% e 11%, respectivamente.



IV. LEGISLAÇÃO DO BNA | I SEMESTRE 2020

Número	Tema	Assunto	Publicação
Directiva 3/DMA/2020	Sistema Financeiro	Taxas de Câmbio Indicativas de Compra e de Venda submetidas pelas Instituições Financeiras Bancárias na Plataforma FXGO	29/06/2020
Aviso15/2020	Sistema Financeiro	Preçário de Serviços e Produtos Financeiros e Sua Divulgação	23/06/2020
Aviso14/2020	Sistema Financeiro	Regras de Prevenção e Combate ao Branqueamento e Capitais e Financiamento do Terrorismo	23/06/2020
Directiva 2/DMA/2020	Política Cambial	Compra e Venda de divisas nos Leilões e na Plataforma FXGO	17/06/2020
Directiva01/DMA/2020	Política Cambial	Registo de Transacções de Compra e Venda de divisas no FXGO	16/06/2020
CARTA-CIRCULAR 01/DMA/2020	Política Cambial	Nota Explicativa sobre a Posição Cambial	09/06/2020
Aviso 13/2020	Política Cambial	Regime Cambial Aplicável ao Sector Diamantífero	01/06/2020
Instrutivo 11/2020	Sistema Financeiro	Prémio Anual das Contribuições das Instituições Financeiras Participantes no Fundo de Garantia de Depósitos em Angola	01/06/2020
Instrutivo 10/2020	Sistema Financeiro	Reporte de Incidentes de Segurança Cibernética	01/06/2020
Directiva 03/DSB/DRO/2020	Sistema Financeiro	Alteração Temporária dos Prazos de Reporte de Informação via Portal das Instituições Financeiras (PIF)	01/06/2020
Instrutivo 09/2020	Política Monetária	Linha para Compra de Obrigações do Tesouro Estabelecida Pelo Instrutivo n.º 06/2020 de 6 de Abril	11/05/2020
Directiva 02/DSB/DRO/2020	Sistema Financeiro	Guia sobre Recomendações de Gestão de Exposições não Produtivas e Reestruturadas e Activos Executados em Dação de Pagamento	08/05/2020
Instrutivo 08/2020	Sistema Financeiro	- Contas Bancárias Simplificadas - Definição de Limites para a Abertura e Movimentação	28/04/2020
Aviso 12/2020	Sistema Financeiro	- Contas Bancárias Simplificadas	27/04/2020
CARTA-CIRCULAR 01/DCF/2020	Sistema Financeiro	Licenciamento de Produtos e Serviços Financeiros	24/04/2020
Aviso 11/2020	Sistema Financeiro	Requisitos e Procedimentos para o Registo Especial de Instituições Financeiras e Autorização para o Exercício de Funções de Membros dos Órgãos Sociais.	21/04/2020
Instrutivo 07/2020	Sistema Financeiro	Concessão de crédito	21/04/2020
Carta-Circular 02/DCC/2020	Cartas de Crédito	Liquidações de Cartas de crédito	18/04/2020
Instrutivo 06/2020	Política Monetário	Linha para compra de Obrigações do Tesouro	06/04/2020
Aviso 09/2020	Sistema Financeiro	Autorização para a Constituição de bancos	03/04/2020
Aviso 10/2020	Sistema Financeiro	Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia;	03/04/2020
Aviso07/2020	Sistema Financeiro	Expansão de Serviços Bancários	02/04/2020
Aviso 08/2020	Sistema Financeiro	Política de Segurança Cibernética e Adopção de computação em Nuvem	02/04/2020
Instrutivo 02/2020	Política Cambial	Procedimentos para a Venda de Moeda Estrangeira por Sociedades do Sector Petrolífero e operações no Mercado Interbancário	30/03/2020
Instrutivo 03/2020	Política Cambial	Taxas de Câmbio de Referência	30/03/2020
Instrutivo 04/2020	Sistema Financeiro	Flexibilização de Prazos para o Cumprimento de Obrigações Creditícias	30/03/2020
Directiva 02/DSB/2020	Sistema Financeiro	Alteração Temporária dos Prazos de Reporte de Informação via Portal das Instituições Financeiras (PIF)	30/03/2020
Instrutivo 05/2020	Política Cambial	Isenção Temporária de Limites por Instrumento de Pagamento na importação de bens alimentares, medicamentos e material de biossegurança	30/03/2020
Aviso 06/2020	Sistema Financeiro	Concessão de Crédito a Detentores de Participações Qualificadas	10/03/2020
Aviso 03/2020	Sistema Financeiro	Limite de Imobilizado das Instituições Financeiras	28/02/2020
Aviso 04/2020	Sistema Financeiro	Central de Informação e Risco de Crédito	28/02/2020
Aviso 05/2020	Sistema Financeiro	Deveres de Informação no Âmbito da Comercialização de Depósitos Duais e Depósitos Indexados	28/02/2020
Directiva01/DSB/DRO/2020	Sistema Financeiro	Alienação de Imóveis Adquiridos em Dação de Pagamento de Crédito	20/02/2020
CARTA-CIRCULAR 01/DCC/2020	Sistema Financeiro	Aviso 12/2019 - Regras e procedimentos para realização de operações cambiais por pessoas singulares	23/01/2020
Aviso 01/2020	Política Cambial	Alteração da Redacção do artigo 5.º do Aviso n.º 05/18, de 17/de Julho	17/01/2020
Aviso 02/2020de09deJaneiro	Política Cambial	Regras e Procedimentos para a Realização de Operações Cambiais de Invisíveis Correntes por Pessoas Colectivas	17/01/2020
Instrutivo 01/2020	Política Cambial	Prazo Máximo para a Execução de Operações de Venda de Moeda Estrangeira e Operações Cambiais Associadas	10/01/2020
Aviso 15/2019	Política Cambial	Investimento Externo Realizado por não Residentes Cambiais;	03/01/2020

Fonte: BNA

V. FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. World Health Organization | Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 76
2. IMF Country Report No. 19/371 – Disponível em www.imf.org
3. Banco Nacional de Angola, Estatística monetária e financeira – Nova Série. Disponível em: www.bna.ao
4. Banco Nacional de Angola, Emissões, resgates e *stock*. Disponível em: www.bna.ao.
5. Banco Nacional de Angola, Mercado cambial – Montante de divisas vendidas. Disponível em: www.bna.ao
6. Banco Nacional de Angola, Mercado cambial – Taxas de câmbio do mercado primário. Disponível em: www.bna.ao
7. Banco Nacional de Angola, Notas de imprensa – Mercados monetário e cambial. Disponível em: www.bna.ao
8. Banco Nacional de Angola, Notas de imprensa – Comité de política monetária. Disponível em: www.bna.ao
9. Banco Nacional de Angola, Legislação e Normas – Pesquisa de legislação e normas. Disponível em: www.bna.ao.
10. Instituto Nacional de Estatística, Indicadores de Emprego e Desemprego (Folha de Informação Rápida IV Trimestre de 2019). Disponível em: www.ine.gov.ao
11. Instituto Nacional de Estatística, Folha de informação rápida - IPC Nacional; IPG. Disponível em: www.ine.gov.ao
12. Instituto Nacional de Estatística, Folha de informação rápida. Índice de clima económico. Disponível em: www.ine.gov.ao
13. Ministério das Finanças - Unidade de Gestão da Dívida, Plano anual de endividamento.
14. Ministério das Finanças – Economia nacional, Exportações e receitas de petróleo. Disponível em: www.minfin.gv.ao
15. Ministério das Finanças, Relatório de fundamentação do OGE 2020 Revisto. Disponível em: www.minfin.gv.ao
16. Subsistema de Gestão de Mercados de Activos (SIGMA).
17. Bolsa de Dívida e Valores de Angola, Relatórios de negociação. Disponíveis em: www.cmc.gv.ao
18. International Monetary Fund, World Economic Outlook. Disponível em: www.imf.org
19. Bloomberg
20. Organization of the Petroleum Exporting Countries, Monthly Oil Market Reports. Disponível em www.opec.org
21. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: www.fao.org